

Política da **FÉ**

CadernoJU

O aumento do número de parlamentares que se proclamam evangélicos acirra o debate sobre as dinâmicas de interação entre a religião e a esfera pública, em especial no âmbito da política

ENTREVISTA

Filosofia em defesa da solidariedade

Para a filósofa espanhola Adela Cortina, pessoas de diferentes culturas devem poder frequentar os mesmos espaços e a mesma política, ou não alcançaremos harmonia no mundo globalizado. Esse é um dos grandes dilemas da atual crise migratória que tem levado milhares para a Europa. Adela cunhou o conceito de “ética mínima”, que engloba os valores básicos capazes de permitir a construção da vida em sociedade, sem os quais é impossível qualquer tipo de reunião. **P9**



ARTE NAS ESCOLAS

Nova legislação reorganiza o ensino

Recentemente, foi aprovada lei que prevê que o ensino de arte nas escolas de Educação Infantil e de ensinos Fundamental e Médio passe a incluir, entre seus conteúdos e de forma oficial, artes visuais, teatro, dança e música. Inicialmente vista como positiva, a mudança traz preocupação aos especialistas da área, uma vez que ainda há um número reduzido de professores com formação adequada. A situação se agrava porque a docência em arte não é socialmente valorizada, e como a maioria das escolas não oferece boas condições de trabalho, os alunos de licenciatura acabam se desmotivando. **P8**

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Professores apontam ilegitimidade de ação da Câmara Federal

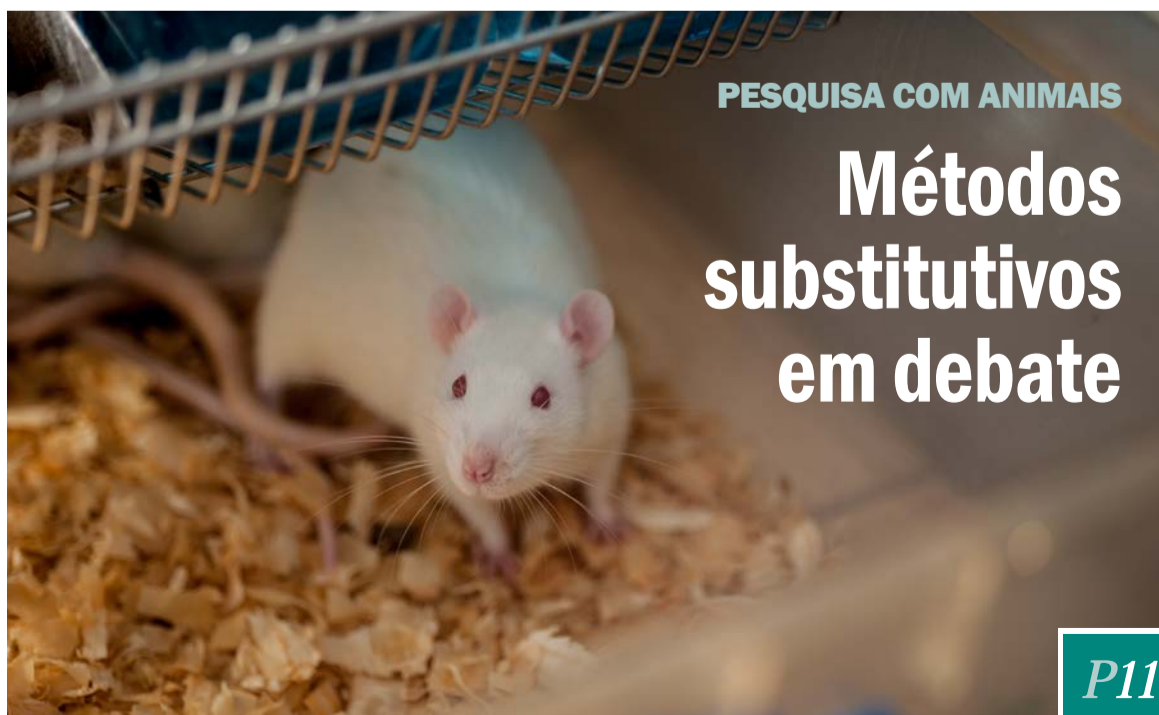
P5

4 de julho

As consequências geopolíticas da independência **P10**

Pibid

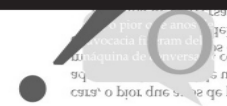
Incertezas rondam manutenção de bolsas e recursos **P2**



PESQUISA COM ANIMAIS

Métodos substitutivos em debate

P11



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Momento de expectativa

A crise política nacional produziu um governo interino que, apesar de ter obtido alguma estabilidade, segue emitindo sinais de incerteza a todos os que atuam nas áreas sociais. A revogação da fusão do Ministério da Educação com o da Cultura foi uma importante vitória política, sobretudo dos servidores, intelectuais e acadêmicos, que permitirá maior clareza no acompanhamento das políticas de cada uma destas importantes pastas.

Após ter recebido a diretoria da Andifes, o ministro da Educação, Mendonça Filho, participou da reunião do Conselho Pleno da Associação, realizada na primeira quinzena de junho. Acompanhado do presidente da Capes, Abílio Baeta Neves, e do secretário de Educação Superior, Paulo Barone, o ministro apresentou-se como um gestor de diálogo que está tomando ciência da amplitude dos programas e das políticas do setor. Garantiu a continuidade das iniciativas de inclusão e apoio ao Programa Nacional de Assistência Estudantil,

comprometendo-se a estudar o Programa Nacional de Extensão, com vistas à sua sustentação e ao eventual lançamento de novo edital. Devido ao contingenciamento dos repasses de recursos financeiros, o Pibid, a nomeação de reitores, o apoio à pós-graduação e aos hospitais universitários, além de outras questões de urgente interesse, também foram discutidas. Obtivemos seu compromisso de que trabalhará pessoalmente para liberar o total aprovado do orçamento de custeio, uma vez que, caso os valores previstos não sejam honrados, as universidades terão grande dificuldade de manter a totalidade de inúmeros contratos.

Mais delicada é a situação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que, com poucos recursos em caixa e fundido ao Ministério das Comunicações, corre o risco de perder o foco e o poder de induzir e de fomentar a política científica nacional. Em audiência com o ministro Gilberto Kassab, a Andifes, assim como várias entidades

científicas, defendeu a revogação da fusão, sem sucesso. Esta é uma batalha ainda em andamento e a mobilização da comunidade científica é fundamental, principalmente para sensibilizar a sociedade sobre o valor da ciência e da importância do apoio governamental. Um bom exemplo foi o "Abraço #VoltaMCTT", realizado no Campus Central da UFRGS no dia 7 de junho, evento que mobilizou centenas de pessoas em um ato de protesto contra a medida.

A complexidade do cenário excede em muito este espaço, mas tais exemplos são os mais relevantes para o setor universitário. A dependência da retomada do crescimento econômico reforça a sensação de incerteza; é necessário, por outro lado, manter a clareza da missão institucional e a mobilização. A universidade segue sendo o espaço da crítica e do diálogo, instituição transformadora e inclusiva que não admite retrocessos em políticas públicas democraticamente conquistadas e capazes de construir um país melhor e mais justo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ânia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editora Ânia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ânia Chala, Everton Cardoso Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa

Fotografia Flávio Dutra (Editor)

Revisão Antônio Palm Falcetta e Felipe Ewald

Bolsistas (Jornalismo) Júlia Costa dos Santos, Kayan da Silva Moura e Lucas Mello

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 mil exemplares

ufrgsnoticias



Artigo

Os impactos do Pibid na UFRGS

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), implementado pela Capes em diferentes instituições de nível superior do país, se constitui como um programa de governo que pretende adquirir dimensões de política pública do estado brasileiro. Ele pode ser compreendido, entre outras formas, como um programa de formação e qualificação profissional para a valorização das licenciaturas; um programa que insere o licenciando nas escolas de Educação Básica desde o início do curso e que incentiva sua permanência depois de formado, desenvolvendo ações didático-pedagógicas nas escolas e que, necessariamente, requer a tão almejada parceria entre universidade e escola.

Na UFRGS, o Pibid começou a ser planejado no primeiro Edital, lançado em 2007 e efetivamente colocado em prática em 2009. Inicialmente, contou com três subprojetos, depois com mais 12. Finalizou o ano de 2013 com 19 subprojetos, em dois Editais, de 2009 e de 2011. Atualmente, conta com 19 subprojetos, sendo dois interdisciplinares e 23 ênfases, sustentados pelo trabalho de 319 bolsistas de Iniciação à Docência, três coordenadores de área e 57 supervisores da escola pública. O Programa insere-se em 25 escolas públicas de Porto Alegre e atinge mais de 20 mil alunos, direta e indiretamente.

Desde seu início na Universidade, a qualificação da formação do licenciando pôde ser

percebida, bem como a intervenção profícua na escola pública, impactando, positiva e reciprocamente, no cotidiano escolar e na formação de professores. A produtividade e a qualidade das experiências possibilitadas aos bolsistas de graduação em licenciatura são fortemente destacadas por eles. Dentre esses aspectos, ganham relevância: o contato com a escola, a experiência prática da docência e a possibilidade de compartilhar essas experiências. Além disso, é igualmente significativa para os bolsistas a possibilidade de descentração do ponto de vista próprio, culminando no enriquecimento da compreensão teórica e no aprimoramento de uma escrita acadêmica mais qualificada. Tais características são também destacadas pelos professores das diferentes áreas na Universidade, como apontado nos relatórios anuais de atividade e em artigos apresentados em eventos.

O Pibid-UFRGS atua em diferentes instituições de Educação Básica da rede pública estadual da capital e em uma instituição federal, o Colégio de Aplicação da Universidade. As escolas foram escolhidas pela análise do contexto social, com o objetivo de que os alunos encontrassem realidades distintas para a experiência docente. Estão contempladas desde escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com infraestrutura precária, espaços insuficientes e com falta de professores, até escolas com gran-

de infraestrutura e que apresentam propostas pedagógicas consistentes e inovadoras. Dos efeitos provocados na escola pública, alguns subprojetos perceberam a diminuição dos conflitos disciplinares e um gradativo aumento do interesse dos alunos diante das temáticas desenvolvidas. Também se observou, entre os professores das escolas atendidas, mais empenho e disposição para a criação de novas estratégias para a abordagem de conteúdos, inspiradas na atuação dos pibidianos, especialmente no que se refere à construção de práticas pedagógicas com a colaboração dos bolsistas de iniciação à docência.

Outro fator que julgamos muito positivo na ação do Pibid-UFRGS é o modo como este proporciona um incremento na produção intelectual e acadêmica, tanto em termos de quantidade quanto na qualidade das apresentações e publicações de trabalhos. Trata-se de resultados bastante significativos para o campo da Educação e para a formação inicial de professores. Bolsistas da licenciatura, coordenadores de área e supervisores de escola fortalecem suas atividades com a participação em eventos na área da Educação e inúmeras publicações referentes ao trabalho desenvolvido. Um estudo sobre os egressos – considerando a implantação do Pibid-UFRGS em 2009 –, mostrou que alguns procuraram continuidade na pós-graduação em nível de especialização e de mestrado.

Do nosso ponto de vista, o Pibid se constitui no mais importante programa de formação inicial de professores e um grande incentivador para a formação continuada. Prova disso é que profissionais da educação, de todo o país, comprometidos com o fortalecimento do Pibid têm marcado posição em defesa do trabalho fundamental realizado pela parceria entre universidades e escolas públicas.

Nesse sentido, devemos mencionar a luta pela revogação da Portaria Capes nº 046/2016, que desestruturava o Programa tal como ele se desenvolve hoje. Com a medida, o Projeto em andamento se mantém até o final de 2017, conforme previsto pelo Edital 06/2013. No entanto, considerando a atual situação conjuntural política e econômica brasileira, está previsto o corte de recursos e de concessão de bolsas, o que acarretará na diminuição da qualidade e no abandono de muitos dos objetivos do Programa, causando-nos preocupação e desencantamento com os rumos incertos da educação nacional. Urge lutar!

Roselane Zordan Costella
Coordenadora institucional – Faced

Andrea Hofstaetter
Coordenadora de gestão – IA/DAV

Ingrid Sturm
Coordenadora de gestão – IL/Declave

Luciane Uberti
Coordenadora de gestão – Faced



ROCHELE ZANDEVALLI/JU



Consulta à comunidade dá vitória à Chapa 3

A apuração da Consulta à Comunidade para a escolha dos novos dirigentes da UFRGS para o quadriênio 2016-2020 foi concluída na madrugada de 17 de junho, indicando a vitória da Chapa 3, composta pelos professores Rui Vicente Oppermann e Jane Tutikian.

Para o presidente da Comissão de Consulta, Celso Loureiro Chaves, “conseguimos solucionar todos os impasses que surgiram no dia 16. Tecnicamente, não tivemos qualquer problema, e todas as 51 seções funcionaram a contento desde o momento de saída, às 8 da manhã, até o horário previsto para o encerramento da votação”, disse, acrescentando que todas as seções eleitorais foram homologadas pela Comissão de Consulta com o testemunho dos representantes das três chapas. Celso, que é professor do Departamento de Música do Instituto de Artes, ressaltou ainda que os representantes das chapas puderam acompanhar todo o processo. “Nesse sentido, acho que saiu tudo conforme o previsto, já que pequenos problemas foram prontamente solucionados”, avaliou.

Nas seções eleitorais, trabalharam equipes compostas por dois ou três mesários, o que resultou no envolvimento direto de mais de 100 pessoas, sem contabilizar as suplências. Além disso, houve a colaboração dos grupos de apoio do Centro de Processamento de Dados da UFRGS, um contingente bastante expressivo que atendeu a todos os câmpus. “Se somarmos o pessoal das comissões de Ética e de Consulta, os mesários, os fiscais, a turma do CPD e os representantes das chapas, certamente chegaremos a cerca de 200 colaboradores trabalhando para a realização do processo”, observou Celso.

Além da chapa vencedora, concorreram também a Chapa 1, que teve como candidatos os docentes Carlos Alberto Saraiva Gonçalves (Instituto de Ciências Básicas da Saúde) e Laura Verrastro Vinas (Instituto de Biociências); e a Chapa 2, formada pelos professores Sérgio Roberto Kieling Franco (Faculdade de Educação) e Andrea Machado Leal Ribeiro (Faculdade de Agronomia).

Números finais – A consulta teve a participação de 2.112 docentes, 1.757 técnicos e 3.908 alunos, que compareceram às seções eleitorais para escolher entre as chapas concorrentes. A Comissão de Consulta fez a contagem de votos dos terminais eletrônicos a partir do sistema desenvolvido pelo CPD. Em cada uma das categorias havia um peso específico, e a apuração foi realizada pela divisão dos votos válidos pelo número de votantes habilitados.

Entre os docentes, cujos votos têm peso de 0,7, a Chapa 1 obteve 629 votos; a Chapa 2 computou 286; e a Chapa 3 alcançou 1.112 votos. O número de professores habilitados a votar é de 2.872. Já entre os técnicos administrativos, com peso 0,15 para cada voto, a Chapa 1 atingiu 994 votos; a Chapa 2, 110; e a Chapa 3, 465 votos. Havia 2.656 técnicos habilitados a votar. Finalmente, entre os estudantes, que também têm percentual correspondente a 0,15, a Chapa 1 registrou 2.073 votos; a Chapa 2, 435 votos; e a Chapa 3 contabilizou 1.280 votos. Entre os alunos, o contingente habilitado a participar do pleito era de 37.323 estudantes.

Celso esclarece que a atividade da Comissão de Consulta se encerrou no momento da entrega do relatório ao reitor. “A minha

preocupação foi levar o trabalho da Comissão de Consulta até o fim, o que significou realizar as atividades de preparação do pleito, incluindo os cinco debates, acompanhar o dia da consulta, responder aos recursos que se seguiram e entregar o relatório final ao reitor. A partir daí, cabe ao Conselho Universitário se manifestar.”

O fechamento dessa edição antecedeu a reunião do Conselho Universitário (Consun) marcada para o dia 8 de julho, na qual deverá ser encaminhada a lista triplíce para o Ministério da Educação (MEC), conforme o cronograma indicado no edital que rege a consulta na UFRGS e a legislação federal.

Perfil dos eleitos – Rui Vicente Oppermann é professor titular do Departamento de Odontologia Conservadora na Faculdade de Odontologia da UFRGS desde 1983. Graduiu-se em Odontologia pela UFRGS (1974) e obteve o título de doutor em Odontologia pela Universidade de Oslo (1980). É bolsista de produtividade do CNPq – com pesquisas na área de

epidemiologia clínica, populacional e saúde coletiva. Elegeu-se vice-reitor no mandato 2008-2012, sendo reeleito para o período 2012-2016.

Jane Fraga Tutikian é docente titular no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS. Atualmente, desempenha a função de diretora do Instituto de Letras (2009-2016). É graduada, mestre e doutora em Letras pela UFRGS. Fez o pós-doutorado na PUCRS. É membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-grandense de Letras.

Ética, transparência e colaboração são eixos norteadores para os eleitos: “É através desses princípios muito claros que assumimos a defesa de uma Universidade de excelência. Uma UFRGS plural, inovadora, agregadora, pública e inclusiva, comprometida com o desenvolvimento do país e que busque a resolução dos desafios contemporâneos através da interação produtiva e criativa das diferentes áreas do conhecimento. Uma UFRGS que vise, sempre, à justiça social”.

Artes

Maria Amélia Bulhões assume ABCA

A professora do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS Maria Amélia Bulhões assumiu a presidência da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA) para o mandato 2016-2018. Outras duas docentes do PPGAV/UFRGS integram a chapa: Icleia Cattani, na Comissão de Ética, e Paula Ramos, na Comissão de Credenciais. Criada em 1949 no Rio de Janeiro, a ABCA é a mais

antiga associação brasileira de profissionais das artes visuais. Sua fundação foi liderada pelos críticos Sérgio Milliet, seu primeiro presidente, Mário Barata, Antônio Bento e Mário Pedrosa, entre outros. A entidade tem por objetivo reunir os profissionais da crítica de arte, pesquisadores, historiadores, teóricos, ensaístas, jornalistas, jornalistas culturais e professores de história da arte e de estética.



Multiponto

Por uma cultura da paz na Universidade

Intolerância e discriminação: infelizmente, esses ainda são problemas recorrentes tanto na sociedade quanto dentro da Universidade. A partir desses temas, foi criado em maio o Comitê Contra a Intolerância e a Discriminação, com o objetivo de disseminar a cultura da paz por meio de ações de promoção dos direitos humanos e de enfrentamento à discriminação por gênero, raça, etnia ou orientação sexual no ambiente universitário. Como forma de ampliar esse debate, o *Multiponto* desse mês vai tratar dessas questões.

“A Universidade criou o Comitê como uma ferramenta institucional, de atuação permanente, com ações pedagógicas e educativas de prevenção. O objetivo é criar uma porta de entrada para denúncias e um protocolo de resolução para os casos apontados”, diz o coordenador do órgão, Edilson Nabarro.

Conforme o coordenador adjunto Arthur Ávila, “o caminho para mais tolerância e respeito pelo próximo é a educação e o sentimento de coletividade”. Ele acrescenta que a Universidade deve ser um local de respeito à diversidade, que promova discussões em fóruns, debates abertos, e que sirva para o acolhimento das pessoas.

“Temos de mudar a cultura individualista, que não permite que a gente tenha um olhar em relação ao outro. Esta é uma sociedade extremamente competitiva em que as pessoas sempre se veem com um olhar mais de exclusão do que de inclusão. Mudar a cultura do individualismo é superimportante para começar esse processo de reconhecimento”, diz a integrante do Comitê e professora da Faculdade de Direito Roberta Baggio.

O programa *Multiponto* também conversou com representantes da Ouvidoria e do Núcleo de Assuntos Disciplinares da UFRGS, fundamentais para que a promoção de políticas educativas em relação à intolerância cresça no espaço acadêmico.

Estela Baggio, estudante do 4.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

O *Multiponto* sobre Intolerância e Discriminação vai ao ar no dia 13 de julho, às 18h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA, podendo também ser assistido ao vivo pela internet pelo link www.unitv.tv.br



As cidades e suas leituras ao longo do tempo

Zyla Suzana Garcia Heit*

Em diversos campos do conhecimento, pensadores têm se preocupado em elaborar uma representação ou uma compreensão mais atenta acerca da cidade e do viver urbano. Poetas, remontando à antiguidade, têm composto obras-primas sobre cidades específicas, ou sobre a cidade de modo geral, buscando captar a intensidade de fenômenos relacionados ao viver urbano, à solidão ou ao convívio de seres humanos no interior dos conturbados e, por vezes, frios recintos urbanos.

Artistas das mais variadas modalidades ocuparam-se de representar essas mesmas cidades em obras visuais, escultóricas, teatrais, literárias e, mais recentemente, cinematográficas. A Arquitetura, ela mesma uma arte, tem, por meio dos seus visionários urbanistas, se empenhado em erigir cidades inteiras, consoante um ideal utópico ou um plano diretor particular, o que, em última instância, não deixa de ser também uma reflexão sobre a cidade ou sobre o que e como elas deveriam ser.

As cidades, portanto, foram e ainda são frequentemente vistas como espaços capazes de potencializar oportunidades de vida e expectativas à população, expressas em torno de conceitos como progresso, desenvolvimento e modernidade. Mas é também nelas que se acumulam problemas, como desigualdades territoriais, econômicas e sociais, e outras consequências, como a criminalidade, a droga, o esvaziamento da função residencial, os congestionamentos de tráfego e o ruído – situações que caracterizam o ambiente urbano e apelam à intervenção dos poderes nacionais e locais ou das comunidades de moradores.

A questão urbana, sobretudo no que tange à consciência geral sobre os efeitos negativos que alguns modelos sócio-espaciais geraram às populações e aos modos de vida nas cidades, assumiu um elevado destaque face à necessidade de se começarem estratégias sustentáveis, nas quais a paisagem construída e natural possa ser pensada como um patrimônio e um recurso imprescindível para o equilíbrio dos ecossistemas e para a sustentabilidade desses ambientes.

É fundamental que as novas políticas urbanas sejam pensadas, levando-se em conta que as cidades têm histórias, culturas e identidades próprias, que resultam do modo como os indivíduos e, em especial, os grupos sociais vivem, identificam e apreendem os seus diferentes espaços, o que pressupõe, desde logo, o envolvimento de todos os atores sociais. Aliás, os problemas ambientais exigem, para além de políticas urbanas sustentáveis, a alteração de comportamentos e a emergência de novas práticas que assumam como condição indispensável a participação ativa de todos os atores sociais na sua constituição e implantação, assim como nos processos de decisão e gestão das cidades.

É importante lembrar os componentes imaginários e modelares presentes na diversificada reflexão sobre o fenômeno urbano desenvolvida nos dois últimos séculos a partir de disciplinas como História, Sociologia, Antropologia ou Urbanismo, campo de saber aqui encarado como Ciência Social Aplicada. À medida que avançamos no século XX, uma análise predominantemente institucional da cidade vai cedendo lugar – sem, contudo, sair de cena – a outras possibilidades de tratamento do fenômeno urbano, abarcando dimensões várias, como a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, a Psicologia, o Imaginário, a Forma.

Ou seja, mais especificamente, dar conta de um deslocamento que avança em direção a uma maior complexidade e diversificação conceitual relacionada à compreensão do fenômeno urbano. Busca-se, com esse movimento, corresponder, necessariamente, a uma maior diversificação de imagens e modelos a partir dos quais cientistas sociais tentaram melhor conceituar e aproximar-se de um *quadro definidor* da cidade, enquanto forma específica da organização social contemporânea.

Dentre as inovações de ordem jurídico-urbanísticas, no Brasil, a aprovação do Estatuto da Cidade, de 2001, regulamentou e expandiu os dispositivos constitucionais sobre a política urbana, além de ter explicitamente reconhecido o direito à cidade sustentável no país. Essa lei federal resultou de um intenso processo de negociação de mais de 10 anos entre as forças políticas e sociais, ampliando o papel fundamental jurídico-político dos municípios na formulação de diretrizes de planejamento urbano, bem como na condução dos processos de desenvolvimento e gestão urbana, consolidando o direito de propriedade imobiliária urbana, qual seja, o princípio constitucional das funções sociais da propriedade e da cidade.

Importante ressaltar ainda que, de várias maneiras, o Estatuto da Cidade encampa de maneira exemplar a proposta de integração entre o Direito Urbanístico e o Direito Ambiental no contexto da ação municipal, compatibilizando a agenda verde e a agenda marrom das cidades. É também por isso tem sido aclamado internacionalmente, pois reflete as bases centrais do debate global sobre as condições de materialização do paradigma do desenvolvimento sustentável. Acima de tudo, a experiência brasileira tem claramente demonstrado que a reforma urbana requer uma combinação precisa, ainda que quase sempre elusiva, entre mobilização social renovada, reforma jurídica e mudança institucional. Esse é um processo aberto cujo resultado na qualidade das mudanças está intrinsecamente ligado à aptidão de a sociedade efetivamente exercer seu direito de participar do processo de ordenamento urbanístico. As regras do jogo foram substancialmente alteradas em favor de um paradigma atualizado que beneficie esse novo ordenamento. O que resta saber é se os espaços políticos criados serão ou não devidamente usados pela sociedade brasileira, de forma a fazer avançar a agenda da reforma urbana no país. Para além da lei, é necessário garantir uma justa gestão da política urbana. Este é o maior desafio do Direito Urbanístico brasileiro no presente: territorializar o ideário de reforma urbana contido no Estatuto da Cidade e, no presente, garantir o direito à cidade. Defender esse novo arcabouço legislativo e lutar pela efetividade da nova ordem jurídico-urbanística nele contida é fazer por merecer o Estatuto da Cidade!

O historiador, o cientista social ou ainda o estudioso dos fenômenos e das estruturas urbanas nos demais campos do saber constituem o seu objeto de estudo a partir de determinadas imagens da cidade ou de modelos para a sua compreensão: imagens e modelos que produzem, no fim das contas, expectativas e perspectivas específicas. Estas permitem ou favorecem certas metodologias que conformam a imagem a partir da qual o estudioso se aproxima do fenômeno urbano e, poderíamos acrescentar para o caso da História, contribuem de alguma maneira para determinar as escolhas de fontes, os critérios e elementos sócio-espaciais para a análise.

Tem-se que a imagem ou o modelo utili-



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - ABR/2011

zando também tende a favorecer determinadas formas de expressão. Daí a importância de se compreenderem os modelos e as imagens mais ou menos simplificados de que dispõem habitualmente os cientistas sociais para visualizar a cidade. É no momento em que se colocam plenamente conscientes das imagens que terão prontas para empregar na produção de seu saber que o cientista social e o historiador se capacitam para avaliar as formações urbanas de um ponto de vista multifuncional e transdisciplinar, se dando conta das possibilidades complexas do objeto. Avançar nessa complexidade é, então, uma opção. Por outro lado, a partir dos anos 60, os preceitos da sociologia urbana francesa marcaram o pano de fundo teórico e o início dos estudos sobre as contradições urbanas, especialmente a grande novidade temática da década: os movimentos sociais urbanos, nos quais se identificam os primeiros passos na interpretação pelos grupos sociais das comunidades. Esses vêm se constituindo nos procedimentos adotados pelo planejamento e pela gestão urbana na solução dos problemas e questões urbanas atuais. Atualmente, identifica-se ainda a influência de paradigmas originários da Europa e dos Estados Unidos nas análises voltadas às cidades brasileiras, contudo se percebem o empenho de investigar e explicar suas particularidades e a complexidade dos estudos aí envolvidos.

É fundamental que as novas políticas urbanas sejam pensadas, levando-se em conta que as cidades têm histórias, culturas e identidades próprias

*Advogada, mestre em Planejamento Urbano e Regional – UFRGS

Uma construção democrática

Margarete Schlatter, Alex Branco Fraga, Maria Carmen Silveira Barbosa e Gilberto Icle*

No início do mês de junho, os assessores e especialistas (equipe de 133 educadores nomeados pelas portarias 19 e 20, de 10 de julho de 2015, da Secretaria de Educação Básica [SEB/MEC]) que atuaram na produção da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elaboraram uma nota em resposta ao seminário sobre o tema convocado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ocorrido no dia 31 de maio em Brasília, sem a presença dessa equipe ou do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Esse documento também responde ao Projeto de Lei 4486/2016, do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), que propõe que a BNCC seja apreciada pelo Congresso Nacional, alterando assim a Lei n.º 13.005/2014, Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela própria Câmara dos Deputados, e que estabelece o CNE como órgão responsável para discutir e deliberar sobre a Base.

De acordo com o texto da nota, deslocar essa discussão para outras instâncias que não sejam o CNE põe em risco a legitimidade do processo democrático e as conquistas advindas de ampla participação, discussão e negociação dos diferentes segmentos da educação das redes pública e privada e de movimentos sociais que têm reunido esforços para construir um documento que reflita a dimensão e a pluralidade do país.

Também seria um retrocesso que a discussão técnica desse lugar a uma radicalização política que ameace os avanços relativos a princípios políticos, éticos e estéticos, direitos e objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento que respeitam a diversidade e os direitos fundamentais do indivíduo, indispensáveis para uma educação de qualidade. É crucial, especialmente em momentos de incerteza, que se compreenda a BNCC como uma política de Estado (e não de governo), que sejam valorizados e assegurados os resultados da discussão coletiva, das negociações e sistematizações alcançadas, e que a construção da Base possa manter acordos advindos de um pacto interfederativo, conforme preconizado pelo PNE.

Em conformidade com o que está previsto na Constituição de 1988, na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) e com as proposições da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2014), o Plano Nacional de Educação (2014–2024) define em suas metas a elaboração e a implantação, pelo Ministério da Educação, de uma base nacional comum curricular, mediante uma pactuação interfederativa e consulta pública nacional. A BNCC tem o objetivo de propor um conjunto de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento com vistas a garantir uma formação básica comum para todas as etapas até o final do ensino médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. Deverá ser o documento de referência (e não um currículo *per se*) para a construção dos currículos da Educação Básica no Brasil.

Como profissionais da educação, não temos conhecimento de outra ação política dessa natureza que tenha envolvido a multiplicidade de atores e de diálogos e o esforço por negociações possíveis que respeitassem as conquistas históricas de cada área do conhecimento conjugadas à diversidade e à pluralidade do nosso tempo. Some-se a isso a transparência de todas as etapas do processo, amplamente registradas e acessíveis no Portal da BNCC.

Dando sequência a esse processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento da Base, nos dias 20 e 21 de junho de 2016, durante seminário de formação ocorrido na Universidade de Brasília (UnB), teve início o novo ciclo de debates, agora sob responsabilidade do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). O seminário reuniu os representantes das secretarias de educação dos estados e dos municípios que conduzirão os trabalhos e a consolidação das contribuições dos 26 estados e do Distrito Federal para a terceira versão do documento, a ser entregue pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em agosto.

Discussão para a terceira versão – Estão previstos, para o período de 23 de junho a 5 de agosto deste ano, seminários estaduais que devem reunir mais de 7 mil participantes nesta nova rodada de discussão: estudantes,

professores e gestores que tenham participado do processo de discussão da versão preliminar do documento em todos os entes federativos. Cada seminário deverá gerar um relatório de contribuições, e esses resultados serão sistematizados e consolidados pelo CONSED e pela UNDIME para serem entregues ao MEC, que deverá proceder aos ajustes necessários à versão final a ser encaminhada ao CNE para avaliação.

O documento em debate nessa etapa é a segunda versão, revista, da Base e entregue pela SEB/MEC ao CNE, ao CONSED e à UNDIME em 3 de maio de 2016. Essa versão resulta de um processo complexo de consultas e debates públicos de vários setores da sociedade. A versão preliminar, publicada em 16 de setembro de 2015 no Portal da Base, recebeu mais de 12 milhões de contribuições (provenientes de 45.098 escolas, 4.356 organizações e 210.864 professores), sendo debatida em mais de 700 seminários e encontros com leitores críticos, associações científicas, movimentos sociais, redes de ensino, universidades e consultores externos.

No período de dezembro de 2015 a março de 2016, as contribuições via Portal foram sistematizadas e consolidadas em relatórios elaborados por pesquisadores da UnB e da PUC/Rio, e as sugestões em relação aos textos introdutórios, textos das áreas e dos componentes e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento foram analisadas na íntegra pelos assessores e especialistas responsáveis pela redação do documento.

Da mesma forma, foram sistematizadas as contribuições feitas nos pareceres e debates e nas reuniões com leitores críticos, associações científicas e consultores externos. Ao longo do processo de construção da segunda versão, as decisões quanto aos ajustes necessários foram pautadas pelos princípios éticos, políticos e estéticos nos quais se fundamentam as DCNEB e pelos direitos fundamentais para uma formação humana integral, o exercício da cidadania e o combate a quaisquer formas de discriminação, preconceito e exclusão.

Dos resultados da intensa negociação para o acolhimento de um conjunto amplo, heterogêneo e, por vezes, contraditório de contribuições feitas à primeira versão, destacamos os seguintes avanços na segunda versão:

a) reorganização da estrutura do docu-

mento, que apresenta maior articulação entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os campos de experiência (Educação Infantil) e eixos de formação (Ensino Fundamental e Ensino Médio), os objetivos gerais de formação em cada etapa e os objetivos de aprendizagem em cada componente curricular;

b) explicitação das características dos sujeitos em cada etapa de escolarização e de sua relação com o conhecimento para fundamentar os objetivos gerais de formação em cada área de conhecimento. Os objetivos gerais das áreas em cada etapa são referência para os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos pelos componentes curriculares;

c) ampliação e adensamento dos textos introdutórios, explicitando o processo de construção da Base e sua relação com outras políticas educacionais, apresentando princípios norteadores e conceitos fundamentais, e delimitando os objetivos da Base e sua relação com as modalidades da Educação Básica;

d) na Educação Infantil, organização dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento em três fases: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas;

e) explicações, esclarecimentos e ajustes nos textos dos componentes, tornando-os mais coesos e alinhados aos textos introdutórios;

f) retirada, acréscimo ou reformulação de objetivos de aprendizagem;

g) maior explicitação de critérios de progressão em cada componente; e

h) no Ensino Médio, reorganização dos objetivos de aprendizagem, anteriormente apresentados ano a ano, para Unidades Curriculares, conjuntos de objetivos de aprendizagem em cada componente curricular que podem ser combinados, de diferentes modos e em diversos arranjos temporais, para a construção de diferentes percursos de formação, articulações entre as áreas e composições entre a base comum dos currículos e a parte diversificada, incluindo a Educação Técnico-profissionalizante. Cada componente curricular estabelece como deve ser feita a progressão das Unidades Curriculares propostas.

*Professores da UFRGS e integrantes do Comitê Assessor que atuou na elaboração da primeira e da segunda versão da BNCC

Links úteis

Portal da BNCC (segunda versão, relatórios analíticos, pareceres críticos, linha de tempo com PDF de documentação legal que antecede e prevê a existência de uma base comum para a elaboração de currículos, acesso às contribuições e a todas as informações sobre o processo de construção da Base): <http://bit.ly/1McgT20>

Nota de esclarecimento e manifestação de posicionamento do comitê assessor e equipe de especialistas que atuaram na elaboração da Base Nacional Comum Curricular: <http://bit.ly/28YAJR4>

Hotsite sobre os seminários estaduais: <http://bit.ly/28Y51GR>

Seminário na Câmara dos Deputados, ocorrido em 31 de maio de 2016: <http://bit.ly/28YAL1p>

Projeto de Lei 4.486/2016: <http://bit.ly/28PKND0>



A Base deverá ser o documento de referência para que cada escola construa seu currículo. Aqui, atividade feita por alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental América, na capital



FLÁVIO DUTRA/JU



A coleção de música erudita conta com cerca de cinco mil obras não repetidas

enquanto o vinil tem uma duração entre 35 e 40 minutos, o CD chega a 90 minutos.

Programação – A programação musical da Rádio é organizada pelo jornalista Paulo Roberto Busato, que começou a como estagiário em 1981. Desde a fundação, as composições eruditas foram escolhidas como centrais – uma novidade na capital. São obras que abrangem peças do século V até o XXI, incluindo a Idade Média, a Renascença, o Barroco, o Romantismo, os Nacionalistas, o Modernismo e composições da atualidade. “Sempre demos ênfase à música e aos compositores brasileiros, aos daqui [RS], sobretudo de Porto Alegre”, completa Busato. A coleção de música erudita conta com cerca de cinco mil obras não repetidas.

Com o tempo, devido à falta de condições do acervo de vinis, houve redução de horas de programação de música erudita. Hoje em dia essas composições são mais veiculadas entre os programas, embora ainda existam espaços exclusivos para esse estilo musical. Um exemplo é o programa da professora Olinda Alessandrini, do Instituto de Artes, em que apresenta música brasileira e latino-americana para piano.

Conforme Busato, como a discoteca não está elaborando – também por falta de pessoal – programas de música erudita. A escolha das obras a serem tocadas é minuciosa, já que é preciso evitar as repetições durante as 20 horas de programação principal – das 7 horas da manhã até as 3 da manhã seguinte. Nas quatro horas que completam a programação diária, pode ocorrer a repetição de músicas.

O acervo, que começou a ser construído ainda nos anos em que a rádio estava em seu período experimental, conta com mais de vinte mil exemplares, divididos entre vinis e CDs. André Prytoluk salienta que pelo menos 20% das obras reunidas foram doadas por pessoas ligadas à UFRGS, principalmente os professores. É o caso do acervo familiar do professor Carlos Crusius, avaliado em 40 mil reais. “Nos últimos anos, recebemos grandes coleções. Algumas de famílias de pessoas falecidas que tinham alguma ligação com a Universidade, e também doações de colecionadores”, completa André.

Lucas Mello, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

O acervo e suas raridades

CDs e vinis História da Rádio da Universidade é composta de duas fases

Acervos de música são cada vez mais difíceis de serem encontrados em Porto Alegre, mas ainda assim nos deparamos com alguns pela cidade. É o caso da coleção da Rádio da Universidade, no Câmpus Centro da UFRGS, que concentra discos de vinil e CDs de variados estilos musicais, até mesmo raridades.

Criada em 1947 pelo professor Alberto Guetz, a Rádio iniciou suas atividades de forma experimental na Escola de Engenharia. O projeto tinha como objetivo incentivar a prática da montagem de aparelhos e instalações radiofônicas. Para isso, uma regulamentação foi conseguida. Em contrapartida, não

existia uma normativa para que a emissora tocasse músicas, por isso as transmissões se restringiam a palestras e aulas. Mas, para atrair mais ouvintes, composições eruditas foram veiculadas.

Em 1955, a Rádio foi retirada do ar por transmitir músicas sem permissão. Houve revolta da audiência, pois a emissora alcançara grande número de ouvintes. Jornais da época ilustram o descontentamento dos porto-alegrenses, que taxam a ação de “arbitrária”. Graças à intervenção do reitor Eliseu Paglioli junto ao presidente Getúlio Vargas, anos antes, em 18 de novembro de 1957 foi dada a concessão definitiva à emissora. “A Rádio da Universidade completa 60 anos em 2017. Mas, se contarmos o uso experimental e o período em que veiculou músicas sem autorização, somamos 70 anos. É a primeira rádio do Brasil”, diz o diretor André Prytoluk.

Analogico e digital – Quanto à programação musical, destacam-se duas fases: a do vinil e a do CD. O disco sempre foi peça central, auxi-

liando na divulgação tanto de compositores como de composições eruditas e populares. Com o uso, os discos foram se desgastando, aparecendo arranhões. Durante 40 anos, a rádio manteve o toca-discos, mas, a partir dos anos 1990, com o surgimento do CD no mercado, o vinil perdeu força, caindo em desuso nos anos 2000. Hoje, os vinis, que por muito tempo fizeram sucesso junto à audiência, estão depositados no andar térreo do prédio da Rádio, dividindo espaço com a UFRGS TV e sem preservação adequada.

Para poder acompanhar o ritmo da nova fase, a Rádio da Universidade passou por remodelações na área técnica. O grande responsável por ajudar nessa tarefa foi o professor Luiz Sperotto Teixeira, que passou a integrar a equipe em 1990. Como o CD tinha um custo mais elevado, a rádio fez uma campanha de doação, e o resultado surpreendeu, sendo que o acervo atual conta com cerca de cinco mil exemplares. “Ouvintes traziam CDs, e fomos fazendo o acervo aos poucos”, completa Sperotto.

A emissora tem dois estúdios: o A, de onde são transmitidos os programas ao vivo e também os gravados previamente; e o B, responsável pelas gravações. Neles, havia dois toca-discos de vinis que eram muito usados. Na década de 1990, quando os CDs começaram a aparecer, foi instalado um CD player em cada estúdio. À época, esse novo aparato era muito caro, por ser novidade. “A rádio, então, foi a primeira emissora AM de Porto Alegre a rodar CD”, orgulha-se o diretor. Hoje, resta apenas um prato de vinil para regravar alguns discos para CD.

Uma questão ainda não respondida diz respeito à qualidade sonora na transição do vinil para o CD. Para Sperotto, o som dos bolachões, teoricamente, é melhor que o dos Compact Discs. “Isso porque o CD é uma amostragem da gravação. Quando é gravado nesse suporte, o áudio sofre um ampliação de amostragem de 44,1 KHz.” A grande disparidade entre esses dois materiais é a capacidade de armazenagem:

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► “Espelho, espelho meu...”

Depois de ter superado a fase do *panicus odontologicus*, admitido que uma anestesia tem lá o seu encanto, ajustado à ideia de que a cadeira reclinante pode ser um convite ao sono e ao sonho, pude, enfim, perceber o jogo de imagens especulares que os dentistas têm na sua prática. É necessário saber manipular o dente na boca do outro a partir de uma imagem invertida. Sem aqueles pequenos espelhos, como fariam? Que processo pedagógico é desenvolvido nos cursos de odontologia para o domínio dessa habilidade? O barbeiro, por seu turno, saberia calcular

as simetrias, não houvesse o duplo à sua frente? E os bailarinos, como poderiam ser atuantes e plateia a um só tempo para equalizar seus movimentos pelo ponto de vista da recepção? Há ainda quem atribua a existência de um universo no interior dos espelhos, sendo não raro uma espécie de janela de contato com o “além”, com o obscuro. Nesse sentido, pela tradição popular, em noites de temporal ou velório, esses equipamentos domésticos devem ser cobertos. No primeiro caso, pela suposição de atraírem raios, sem fundamento científico; no segundo, a prática se sustenta em algumas culturas pelo temor de que, ao morrer, o espírito recém-

desencarnado queira ocupar o lugar dos vivos. Daí a aparecerem em espelhos para arrebatá-los os incautos. Curiosamente, as palavras espelho e espectro (este com o sentido de ‘aparição de um defunto’) têm origem comum. Na literatura, esse objeto frequentemente sugere a existência em seu interior de seres, forças, reinos, e funciona como um portal. Mais fascinantes, nesse campo, são as explorações da experiência do duplo, essa espécie de alterego que tanto perseguimos quanto nos perseguem numa disputa entre o real e o imaginário. Como narcisos, nos buscamos nos reflexos das janelas dos carros ou das vitrines não para atestarmos o nosso perfil

arrebatador, mas para incansavelmente nos surpreendermos ao ponto de flagrar o que nos escapa. Em vão. Necessitamos, também, do “espelhamento” vinculado ao olhar do outro sobre nós. Não é à toa que somos seres sociais, pois nossa existência somente é certificada ao sermos olhados, ouvidos, incluídos. O que nos mata, no sentido do esvaziamento dessa certeza de existência, é a indiferença. É o que enfrentamos os que fogem à lógica utilitarista e moral desse nosso mundinho: uma existência inexistente, um universo indivisível, mas próprio e, talvez, liberto das amarras determinantes das imagens de si.



Esse posto também é meu

Saúde

Preconceito pode ser combatido com pesquisa e educação, inclusive na rede pública

Samantha Klein

Nem sempre o atendimento às identidades de gênero na área da saúde e seu entendimento ocorrem conforme a expectativa. Leonardo Flores é um entre tantos transexuais que já sofreram algum tipo de discriminação quando deveria ser acolhido. Como homem trans, sentiu na pele a falta de conhecimento e o preconceito – não velado – dentro de um hospital. O caso envolveu um médico ginecologista que lhe negou atendimento há dois meses.

Ele foi encaminhado ao especialista depois de ter realizado exames de rotina e ser constatada uma alteração no útero. Ao chegar ao consultório, o médico perguntou o que Leonardo desejava. Ao responder que precisava fazer um exame, o profissional informou que não sabia o que era um homem trans. Após explicar, o ginecologista disse que não se sentia à vontade para atendê-lo. Leonardo insistiu, dizendo que somente precisava do atendimento e de um exame, porém, o médico declarou, segundo o paciente, que não o atenderia nem por um milhão de reais. “O que me revoltou foi o fato de que, se tivesse esperado mais seis meses, o tumor poderia ter se tornado de benigno em maligno. Isso é muito triste, eu poderia ter tido problemas muito mais sérios. Ainda bem que encontrei outro profissional que me atendeu bem. Fiz a cirurgia de retirada do útero no Hospital de Clínicas”, ressalta Leonardo.

Casos assim são muito comuns, conforme o professor da PUCRS Angelo Brandelli Costa, que realizou uma pesquisa em parceria entre a UFRGS e a Secretaria Estadual da Saúde. “Sabe-se, através de estudos mundo afora, que o preconceito impacta sobre o atendimento às pessoas, e não somente sobre gays e lésbicas. Pesquisas mostram que, dado o viés preconceituoso, as pessoas nem sempre se dão conta, mas inconscientemente prescrevem tratamento piores para negros. O mesmo acontece em relação ao público LGBT”, ressalta.

Formação – Em 2014, foram realizadas duas edições do curso de capacitação para profissionais da área da saúde no atendimento à população LGBT. Através da plataforma e-learning da UFRGS, o Moodle, os conteúdos foram disponibilizados a profissionais da área da saúde de todas as formações



Leonardo Flores, transexual que teve atendimento negado por um ginecologista, realizou cirurgia para a retirada de um tumor benigno no HCPA

que atuam em unidades básicas de saúde ou hospitais. Participaram médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, técnicos administrativos de postos de saúde de todo o Rio Grande do Sul.

A próxima etapa da formação será voltada exclusivamente para o público transexual e envolverá um diálogo maior com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, considerando que a instituição é referência em realização de cirurgia de redesignação sexual na região Sul do país. O curso, previsto para o início de 2017, vai incorporar cuidados também ao atendimento de crianças e adolescentes transexuais.

“A Psicologia tem estudado essa questão há décadas e observou-se que as estratégias mais eficientes de combate ao preconceito são educação e contato. É determinante informar às pessoas sobre a diversidade humana racial e de gênero e o contato com grupos diferentes. Em nosso curso, apesar de ser na modalidade de Ensino a Distância (EAD), os participantes tiveram tutores da comunidade LGBT interagindo o tempo inteiro com os alunos. Os próprios profissionais que estavam participando tinham de propor ações para diminuir o preconceito nas unidades de saúde e avaliar os resultados dessa iniciativa”, sustenta o professor Angelo Brandelli, que já fez parte do Departamento de Psicologia da UFRGS e hoje mantém colaboração com o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero da Universidade (NUPSEX).

No Hospital de Clínicas, desde 1998, o Programa de Identidade de Gênero dá assistência a transexuais, de acordo com as diretrizes do Conselho Federal de Medicina, oferecendo-a gratuitamente pelo

SUS. “O objetivo é dar apoio psicológico e encaminhar para cirurgias aquelas pessoas com transtorno de identidade de gênero, que consiste em um desconforto persistente com o gênero de nascimento. Também fazemos atendimento a pessoas que já se aceitaram como transexuais. Até o momento, o Programa já avaliou mais de 500 pacientes e realizou mais de 200 cirurgias de Redesignação Sexual”, destaca a coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria da UFRGS, Maria Inês Lobato.

Os residentes de Porto Alegre devem se dirigir ao posto de saúde mais próximo, e o primeiro atendimento em cada especialidade é agendado pela Central de Marcação de Consultas da Secretaria de Saúde. As pessoas residentes em outras cidades devem procurar um posto de saúde para realizar esse encaminhamento.

Muito a trilhar – A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é relativamente recente. O documento, baseado na Constituição Federal que insere a saúde como um direito básico garantido sem discriminação de raça, cor ou gênero, é de 2011. Já a garantia de realização de cirurgias de transexualização através do SUS foi garantida somente após batalha judicial envolvendo o Ministério da Saúde, o Ministério Público Federal e o Tribunal Regional Federal (TRF4).

Em agosto de 2007, o Ministério Público Federal conquistou no TRF4 a garantia do direito a transexuais de todo o país à realização de cirurgia de mudança de sexo pelo SUS. A União recorreu, mas acabou sendo derrotada em todas



Na primeira semana de julho, o UFRGS Ciência (www.ufrgs.br/secom/ciencia) aborda a eficácia de um programa de intervenção para mudar atitudes de profissionais de saúde em relação à população LGBT.

as instâncias. Um ano depois, o Ministério da Saúde decretou em portaria a realização dos procedimentos. Naquela época, somente quatro hospitais ofereciam o serviço.

Atualmente, os procedimentos são realizados nos hospitais de Clínicas de Porto Alegre, Goiânia, Recife e São Paulo; e no Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Desde a inclusão do processo transexualizador no SUS, o número de procedimentos saltou de 101 para aproximadamente 1,2 mil por ano, o que indica que somente eram realizados por meio de processos judiciais. Mais recentemente, a realização de cirurgias mamárias foi incluída entre os procedimentos do SUS.

Em outra esfera, a identidade dos travestis e transexuais começa lentamente a ser respeitada. O nome social em documentos oficiais passou a ser permitido a partir de 2012. No mesmo sentido, o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS passou a permitir a impressão do Cartão somente com o nome social dos usuários. Até setembro do ano passado, havia 1,3 milhão de usuários cadastrados com nome social, o que abrange tanto a população trans como pessoas que utilizam apelidos ou nomes artísticos.

Apesar dos avanços, uma onda conservadora de projetos que tramitam no Congresso Nacional pretende reverter algumas dessas

conquistas. “Em oposição aos progressos que estamos vendo nos Estados Unidos, apesar do recente atentado em Orlando, no Brasil parece que vivemos um movimento na contramão de tudo isso. Há projeto de lei que quer cassar o direito ao uso do nome social e proposta de proibição do direito aos procedimentos cirúrgicos à população trans. Outro exemplo é Plano Nacional de Educação, que retira toda a discussão sobre a diversidade de gênero. Pelos próximos dez anos não se pode falar sobre o tema em sala de aula. É um indicador de que a ideia é esconder, excluir as pessoas. É um contexto de remoção da pauta, e não de afirmação”, ressalta o professor Angelo Brandelli.

Os retrocessos em políticas voltadas ao público LGBT se somam às estatísticas de violência no Brasil. Pelo menos cinco casos de violência homofóbica são registrados diariamente. As informações estão no relatório elaborado pelo extinto Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Os dados são referentes às denúncias de 2013, o que revela a dificuldade em reunir informações sobre violência de gênero no país. “Tem gente que nem percebe que está sendo vítima de violência e preconceito. No meu caso, foi muito flagrante pela negativa ao atendimento médico. Aliás, amigos e familiares me disseram para denunciar o ginecologista, mas não o fiz porque estava muito mais preocupado com a minha saúde”, diz Leonardo.



Arte plural



FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - SET/2012

Por meio de jogos dramáticos, as aulas de teatro têm o objetivo de desenvolver, nos estudantes de educação básica, habilidades para fazer e apreciar a dramaturgia

Educação básica Nova legislação regulamenta aulas de música, teatro, dança e artes visuais

Everton Cardoso

Desde maio deste ano, o ensino de arte nas escolas de Educação Infantil e de ensinos Fundamental e Médio passa a incluir, entre seus conteúdos e de forma oficial, artes visuais, teatro, dança e música. A recém-aprovada Lei 13.278/2016 estabelece com mais clareza o que deve ser trabalhado nas aulas previstas sob a denominação genérica de “Arte” – o que já estava em vigor desde a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, de 1996. A partir de agora, os sistemas e estabelecimentos de ensino têm cinco anos para formar professores e implantar o componente curricular conforme a nova regulamentação.

De acordo com o professor Gilberto Icle, do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS, que trabalha na formação de professores de teatro, essa nova regra reorganiza o que havia sido previsto na lei de 20 anos atrás, já que nas diretrizes apareciam as quatro áreas. “A legislação já previa, no currículo da educação básica, um componente chamado ‘arte’, no singular, embora se preferisse o plural. Já estavam

estabelecidas essas quatro possibilidades. A partir disso, o professor dá aula conforme a sua formação, não ministra todas as áreas”, explica. Antes, o que se tinha era, ao mesmo tempo, a formação de professores generalistas para atuarem em todas as áreas e, também, um ensino que assim se configurava; era a polivalência prevista por uma lei de 1971. Foi somente depois da mudança nos anos 1990 que os cursos com habilitações deram lugar a formações em licenciaturas específicas por área.

A docente do mesmo departamento, mas atuante na formação de estudantes para o ensino de Artes Visuais, Luciana Loponte, no entanto, se diz mais preocupada do que satisfeita com a mudança. “Para conseguir obrigatoriedade, em 1996, foi uma luta imensa. Fizemos telegramas para o Congresso Nacional, abaixo-assinados. Na época, o senador Darcy Ribeiro, que era o relator, defendia que não precisava ser obrigatório. Para ele, os estudantes deveriam saber ler e contar. É até estranho pelo histórico que ele tem”, critica. A professora do curso de Licenciatura em Dança da UFRGS Rubiane Zancan complementa que essa mudança aproxima o ensino do que se considera ideal. “É uma conquista com relação à inserção da arte na escola enquanto saber significativo para os estudantes, que aprendem a partir da experiência e da simbolização”, diz. Especificamente sobre a área em que atua, a docente observa que esse tipo de experiência insere os estudantes num circuito de produção e percepção estéticas que os torna mais críticos e sensíveis para perceberem o mundo de forma ampla. “A inserção não é

uma luta vencida. Ainda há uma atitude de resistência para conquistar o espaço para oferecer isso aos alunos”, assevera sobre o cenário atual da educação básica brasileira.

Obstáculos – Na avaliação de Gilberto Icle, um dos maiores entraves para se pôr em prática essa diretriz é o número reduzido de professores com formação adequada: menos de 10% dos estabelecimentos do país têm um docente de arte formado na área. “Existe toda sorte de situações: tem aquele que estava na biblioteca e dá uma aula do que ele chama de arte, o que cansou da sua área inicial, o que precisa preencher carga horária”, lamenta. E completa: “Muitas escolas, à margem da lei, deixam de oferecer ou oferecem atividades equivalentes. Crianças pin-

tam folha mimeografada ou fazem aula de culinária. São coisas que a escola considera ensino de arte, mas que não seria o trabalho que o professor com formação faria”. Isso se agrava, ainda, pela carência, no Brasil, de cursos de formação. Além de pouco numerosos, estão concentrados em algumas regiões e em universidades federais, ou seja, não há muitas vagas, mesmo que haja interesse dos estudantes por essas formações.

Luciana Loponte também vê, na formação de professores, um problema para a implantação de fato do ensino de arte. Como a carreira docente não é socialmente valorizada e a maioria das escolas não oferece boas condições de trabalho, os alunos de licenciatura acabam se desmotivando. “O Brasil

é dos países mais avançados em discussão acadêmica, mas o cenário nas escolas é muito preocupante”, alerta. Isso porque muitas vezes a aula de Arte é encarada como um passatempo apenas. A pesquisadora, por exemplo, já teve relato de um estudante seu que, ao observar uma aula em uma escola, viu uma professora fazendo cartão para o dia das mães com estudantes de oitavo ano. “Imagina como um aluno de 14 anos, com todo o acesso que tem, se sente fazendo cartão para passar o tempo”, pondera. E complementa: “O professor tem que valorizar seu próprio trabalho para conquistar espaços. Se ele não possui formação sólida e engajada, não avança. Justifica que os alunos gostam, ou que não dá pra fazer outra coisa, e fica por isso mesmo”.

Na prática

Quando se pensa sobre modelos para que se possa pôr em prática o ensino de Arte, segundo o que preveem a legislação e as diretrizes e o que acreditam os especialistas na área, é consenso que os principais obstáculos são a falta de estrutura adequada, de professores com a formação ideal e até mesmo de interesse político. Rubiane cita como exceção o município de São Leopoldo, onde há mais de dez anos são adotadas políticas voltadas para essa nova orientação. “Eles já fizeram concursos públicos específicos e há professores trabalhando nas escolas”, relata. Dentro dessa perspectiva, os estudantes deveriam ter a possibilidade de escolher por qual das áreas têm mais interesse, ou seja, teriam as quatro alternativas para optar por uma delas. É assim, por exemplo, que funciona no Colégio de Aplicação da UFRGS.

Estudante de sétimo semestre de Licenciatura em Teatro, Glória Souza faz estágio na escola. Com uma atuação limitada a dez aulas, a acadêmica já tem uma opinião bastante formada sobre a oportunidade de atuar nesse contexto: “Está sendo interessante e

difícil. É a primeira vez que dou aula para uma turma que escolheu fazer teatro”. Segundo ela, o desafio é colocar em prática o que aprendera nas aulas mais teóricas de sua formação. Ela, então, organiza seu trabalho a partir de jogos dramáticos e utiliza essa ferramenta para desenvolver noções como reflexo, visão espacial e percepção corporal. “Tem sido muito proveitoso para os alunos, pois abre o corpo e a personalidade para outras áreas da vida. Assim, eles se tornam mais comunicativos, respeitosos, já que trabalhamos muito em grupo”, avalia. Também estagiária na escola vinculada à UFRGS, mas na área de dança, Daniela Cezar – estudante de quinto semestre – diz gostar da experiência, pois o Colégio oferece uma estrutura adequada e forma turmas com no máximo 15 alunos. “A dança tem um potencial de desenvolvimento lógico na própria operação matemática, pois desenvolve estratégias corporais e mentais”, explica. Ainda, para a futura professora, mesmo que não seja um momento de recreação, é uma oportunidade que os alunos têm de extravasar e libertar o corpo.

Ética

além das fronteiras



Adela Cortina *Como a filosofia pode contribuir para o debate da crise humanitária que envolve os refugiados*

Samantha Klein

Em meio ao cenário de crise econômica internacional, a Europa, em especial, vem enfrentando nos últimos três anos a entrada massiva de refugiados que fogem da guerra e da pobreza. Mais de um milhão de imigrantes chegaram ao continente europeu em 2015 e as levadas de pessoas que deixam sua terra natal não têm previsão de interrupção. Por outro lado, pelo menos 30 países forçaram, ilegalmente, refugiados a regressarem a seus países de origem. A informação é da Anistia Internacional, em seu relatório divulgado no início do ano.

Nesse sentido, existe uma violação da ética mínima, conceito cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina. Recentemente, ela esteve em Porto Alegre realizando uma palestra na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS a convite do Grupo de Filosofia, Economia e Direito.

O que é a ética mínima e qual é a importância desse conceito nos dias atuais?

A ética mínima é fundamental porque consiste em um conjunto de excelências e justiça que uma sociedade compartilha. São os valores básicos que permitem a construção da vida em sociedade, sem os quais é impossível qualquer tipo de reunião. São preceitos mínimos de humanidade. Por exemplo, na Espanha compartilhamos valores como a liberdade, que é superior à escravidão; igualdade, porque é superior à desigualdade; além de justiça, solidariedade, diálogo, que são as melhores vias para superar os conflitos. Acreditamos também que o respeito às posições que não compartilho é mais eficiente do que o desrespeito. Esses valores fundamentais servem para manter a sociedade coesa. Se não respeitarmos uns aos outros, se não aceitarmos que podemos pensar diferente, viveremos em uma sociedade em constante enfrentamento.

A questão da multiculturalidade pode colidir com a cultura do mundo liberal e globalizado. Como conviver de forma harmônica?

O diálogo entre as diferentes culturas é sempre fundamental porque, se determinado povo está vivendo à parte dos demais, ao final, não nos compreenderemos. As diferentes pessoas, com distintas crenças e visões de mundo, precisam dialogar. A verdade é que a vida deve ser intercultural. Os indivíduos de diferentes culturas devem frequentar as mesmas escolas, as mesmas universidades, os mesmos espaços de lazer, a mesma política. É fundamental conviver no dia a dia para manter a harmonia no mundo globalizado.

Como tem sido a manutenção da ética mínima e o compartilhamento de valores em uma Espanha que já teve 20% de população desempregada enquanto há uma nova onda de migrações para a Europa?

Há uma diferença muito grande entre as realizações e os discursos.

Se declaramos em 1948 que todos os seres humanos têm direito à vida [Declaração Universal dos Direitos Humanos], lembro que toda declaração é um compromisso. Mas, com a vida cotidiana, há um enorme abismo. Um exemplo é a nova crise dos refugiados, pois se está negando abrigo e hospitalidade a esses milhares de pessoas. E não é fácil resolver o problema. São necessárias medidas diplomáticas junto aos países onde há guerras para que não migrem tantas pessoas, conforme está ocorrendo, mas também é necessário todo um plano de acolhida, enquanto os países estão blindando suas fronteiras. O estabelecimento de grades nas fronteiras mostra, infelizmente, que não existe uma política comum, uma união entre as nações. Cada país resolveu o problema à sua maneira, seja deportando os refugiados, seja oferecendo uma cota ridícula de acolhimento. Outros foram solidários como a Alemanha de Angela Merkel, mas há detratores de sua resolução no Parlamento. Estamos convencidos de que os valores são importantes e acreditamos neles porque valem a pena, mas uma coisa é a moral pensada e outra é a moral vivida. Acreditamos que é melhor a hospitalidade do que o fechamento de portas; acreditamos que o respeito é melhor que o desrespeito; cremos que a liberdade é melhor que a escravidão e a guerra. No entanto, na hora da verdade, as pessoas fecham as portas, e assim caímos na desumanidade, porque estávamos falando de valores mínimos de humanidade. Uma vez que a ética mínima é deixada de lado, nos tornamos menos humanos.

A questão dos refugiados aparentemente vai persistir por um período indeterminado. Como a senhora avalia um futuro próximo?

Isso é complicado. Vamos pensar em médio e longo prazo. Parece-me que na Espanha haverá alguma mudança no sentido de receber mais imigrantes, já que boa parte da sociedade civil está pressionando os políticos nesse sentido. Mas há outros países da União Europeia (UE) que não farão o mesmo. Entretanto, o problema não deveria ser apenas da UE, mas mundial. A questão é que não temos uma governança global (mesmo com a existência da ONU), e as migrações fazem parte da história humana. Caso contrário, o gênero humano não teria se estendido pelo planeta e perdurado. Claro que os efeitos desse momento e dos últimos dois anos são peculiares. A próxima crise migratória, porém, será relacionada à água. Pessoas dos mais distintos lugares vão buscar refúgio. Assim, ou teremos uma resposta urgente, ou milhares de cidadãos vão morrer.

Estamos vivendo em sociedades cada vez mais intolerantes?

Respeitar a opinião distinta da nossa sempre foi relevante, mas não creio que exista mais intolerância do que sempre existiu. Contudo, é verdade que os comportamentos intolerantes permanecem, principalmente, devido ao atual momento de crise econômica. Isso porque as pessoas estão mais

irritadas, mais preocupadas, têm menor paciência e se tornam mais intolerantes com quem poderia ser uma “ameaça” ao seu emprego.

Sobre o cenário político no Brasil e o atual acirramento de intolerâncias por aqui, qual a sua análise? É uma crise ética no país?

Acredito que haja, sim, uma crise ética em curso, por muitos motivos. Em primeiro lugar, me parece ruim que as sociedades tenham nos partidos políticos o ponto central para o desenvolvimento da política. Costumo utilizar uma expressão: “partidarização da vida cotidiana”. Parece-me muito ruim que a vida seja partidarizada, porque o cotidiano não está dividido em dois. Os partidos políticos têm demasiada importância quando, na verdade, deveriam ser facilitadores da cidadania, não antagonistas permanentes. Enquanto vocês estão enfrentando todo o imbróglio relacionado ao impeachment, também estamos atravessando na Espanha um processo eleitoral complicado. Passamos todo o tempo falando de política com o olhar sobre os partidos e os políticos ligados a eles. Isso é ruim por levar à intolerância e ao desrespeito à pluralidade social. Precisamos respeitar e construir juntos uma tolerância. Agora mesmo, vejo que o ambiente está muito tenso, mas é normal que as intolerâncias se acirrem em meio à recessão econômica. Em todos as nações, quando a situação da economia se deteriora, as relações se deterioram também, porque tudo parece ser problema em todos os setores. Tenho esperança, porém, de que as coisas possam melhorar, já que existem muitos espaços para a cidadania. Há muitos grupos que têm interesse pelos direitos civis e pretendem incentivar a boa convivência. São grupos da sociedade civil, até porque a política não deve partir somente dos partidos políticos. Ela deveria ser dos cidadãos. Tanto no Brasil quanto na Espanha há muitos grupos que estão trabalhando para que as coisas melhorem.

Essa questão nos leva ao termo empoderamento, proposto pelo economista vencedor do Prêmio Nobel Amartya Sen. No Brasil, a expressão tem sido utilizada em especial pelo movimento feminista. De forma mais ampla, como o empowerment pode ser conceituado?

Esse termo concebido por Amartya Sen é muito importante porque existem grupos de excluídos que não têm poder para fazer nada. Um exemplo disso é a população das favelas, mas também há os deficientes físicos, os aposentados e tantas outras minorias. Por isso, empoderar as pessoas é importantíssimo. Esse é um dever da sociedade civil, principalmente de quem ocupa um lugar privilegiado na sociedade, como quem está na universidade. É determinante saber o que é necessário para empoderar os indivíduos e minorias de forma a inseri-los em um cenário de direitos e deveres iguais. É um movimento que cresce e ainda precisa ser nutrido por um tempo considerável.

Ressonâncias do 4 de julho

Matheus Silva*

A Declaração de Independência dos Estados Unidos completa 240 anos e ainda impressiona por seu conteúdo revolucionário. Thomas Jefferson, um advogado da Virgínia, foi incumbido da tarefa de dar a redação final ao documento publicado naquele 4 de julho. Ele anotou: “*Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos [...] entre estes a vida, a liberdade e a procura da felicidade*”. Jefferson, que soube traduzir o desejo de seus pares de construir um Estado garantidor e com um forte senso liberal-desenvolvimentista, nem por isso deixou de lado o caráter humano. Corria o ano de 1776 e o país se resumia a 13 colônias na costa do Atlântico marcadas pela baixa articulação entre si, de modo que a independência não era unanimidade. Parte da elite colonial se posicionava contra a ideia, porque tinha medo de que ela pudesse promover uma rebelião de escravos, peças-chave de sua economia.

Os que se posicionaram a favor viam na independência a maneira de dar um basta a uma série de medidas que os asfixiavam. Eram decretos como a Lei do Chá, que monopolizava o comércio desse produto na metrópole, ou a Lei do Selo, que aumentava impostos e impunha censura. Essas intromissões da Inglaterra nem sempre existiram, pois o processo de colonização dos EUA foi diferente, tendo a metrópole exercido baixa influência no destino dos peregrinos. A mudança de postura era fruto da nova política mercantilista inglesa, cujo caráter predador despertava o sentimento de ódio nos colonos; coisa que só fazia crescer à medida que os ideais iluministas se difundiam.

Certo é que as 13 Colônias se uniram antes por um sentimento antibritânico do que pela noção de unidade nacional. Essa unidade só viria após a independência, quando tiveram de lutar por ela, num conflito sangrento que se arrastaria por sete anos. Os ingleses, com sua poderosa Marinha, eram implacáveis, e foi somente com o apoio de França e Espanha que os colonos chegaram à vitória.

Assim, as colônias consolidaram o primeiro movimento de independência na América, que teria importantes consequências geopolíticas. A mais imediata foi a Revolução Francesa, iniciada apenas uma década depois, em 1789. Nela, os ideais iluministas foram mais uma vez invocados como arcabouço ideológico para uma mudança política. A participação da França no conflito americano teve um alto custo financeiro, deixando o país à beira da falência; era a oportunidade que a classe burguesa esperava para atacar o antigo regime. A Revolução levou o rei Luís XVI à guilhotina e serviu de palco para o aparecimento de Napoleão Bonaparte, que aglutinava forças e prometia a volta de um estado francês forte. Napoleão fez-se Imperador e, com suas investidas contra vizinhos, viria a redesenhar o tabuleiro europeu – e também o das colônias americanas.

Foi nesse contexto que, entre 1808 e 1826, praticamente todas as colônias ao sul do México saíram das mãos das potências ibéricas que as haviam dominado desde a Conquista, num saldo de 10 novos estados. Era na Independência dos Estados Unidos e na Revolução Francesa que líderes como San Martín, Bolívar e Artigas buscavam inspiração. Eles tiveram grande senso de oportunidade ao constatar a fraqueza de Portugal e Espanha e o êxito de espalhar focos revoltosos com velocidade. Ironicamente, o segundo estado americano a declarar independência seria o Haiti, em 1804, num interessante processo que levou ao poder descendentes africanos; sendo hoje esse o mais pobre e conturbado país do continente.

No Brasil, gigante e produtiva colônia portuguesa, a independência chegaria em 1822, num acordo arquitetado pela elite local. Em seu livro *Revoluções*, o filósofo Michael Löwy explica que, ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil a independência foi questão entre pai e filho, “como sabe qualquer aluno do ensino médio”. Aqui, paulatinamente, as inconfidências foram sufocadas. Tiradentes, um expoente desses movimentos, foi um ativista que em seus panfletos também citava as experiências dos Estados Unidos e da Revolução Francesa. Ele

seria assassinado por ordem da Coroa, sem obter êxito naquilo que defendia.

Enquanto o restante do continente se tornava ‘livre’, os norte-americanos precisavam definir como lidariam com seus novos vizinhos. A pesquisadora Cristiana Pecequillo, em sua obra *A Política Externa dos Estados Unidos*, registra dois diferentes momentos. O primeiro foi ditado pela Doutrina do Destino Manifesto, em que os EUA viveram uma forte expansão territorial (adquirindo territórios, mas também entrando em conflitos, como o ocorrido contra o México). Posteriormente, desenvolveram uma postura isolacionista. Já no começo do século XIX foi formulada a Doutrina Monroe, na qual os Estados Unidos se posicionaram contra a colonização europeia, defendendo uma “América para os americanos”; todavia, não estavam ainda dispostos a se envolver em qualquer tipo de conflito para fazer valer essa política.

As duas guerras mundiais mudam essa situação ao catapultar os norte-americanos para uma liderança que pareciam evitar. Com o caos na Europa, os EUA emergem como a nova potência mundial, aquela que sofrera os menores danos. Depois de 1945, o país vive três décadas de um desenvolvimento fabuloso, consolidando sua classe média e a condição de líder do bloco capitalista. Nessa conjuntura, uma das ações prioritárias era impedir novos conflitos de escala global, e para isso foram criados organismos como a ONU e a OTAN. A outra demanda era neutralizar as chances de que revoluções comunistas proliferassem em suas áreas de influência, especialmente os Estados americanos. Hoje já existem provas da participação norte-americana em golpes militares pelo continente, bem como do patrocínio de organizações de combate aos comunistas.

Era a guerra ideológica contra o ‘perigo vermelho’ representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), à frente delas a Rússia, país que havia promovido uma revolução comunista em 1917 e, em tempo recorde, fora transformada de um latifúndio arcaico em potência com condições de contrabalançar a hegemonia dos EUA. O comunismo era uma alterna-

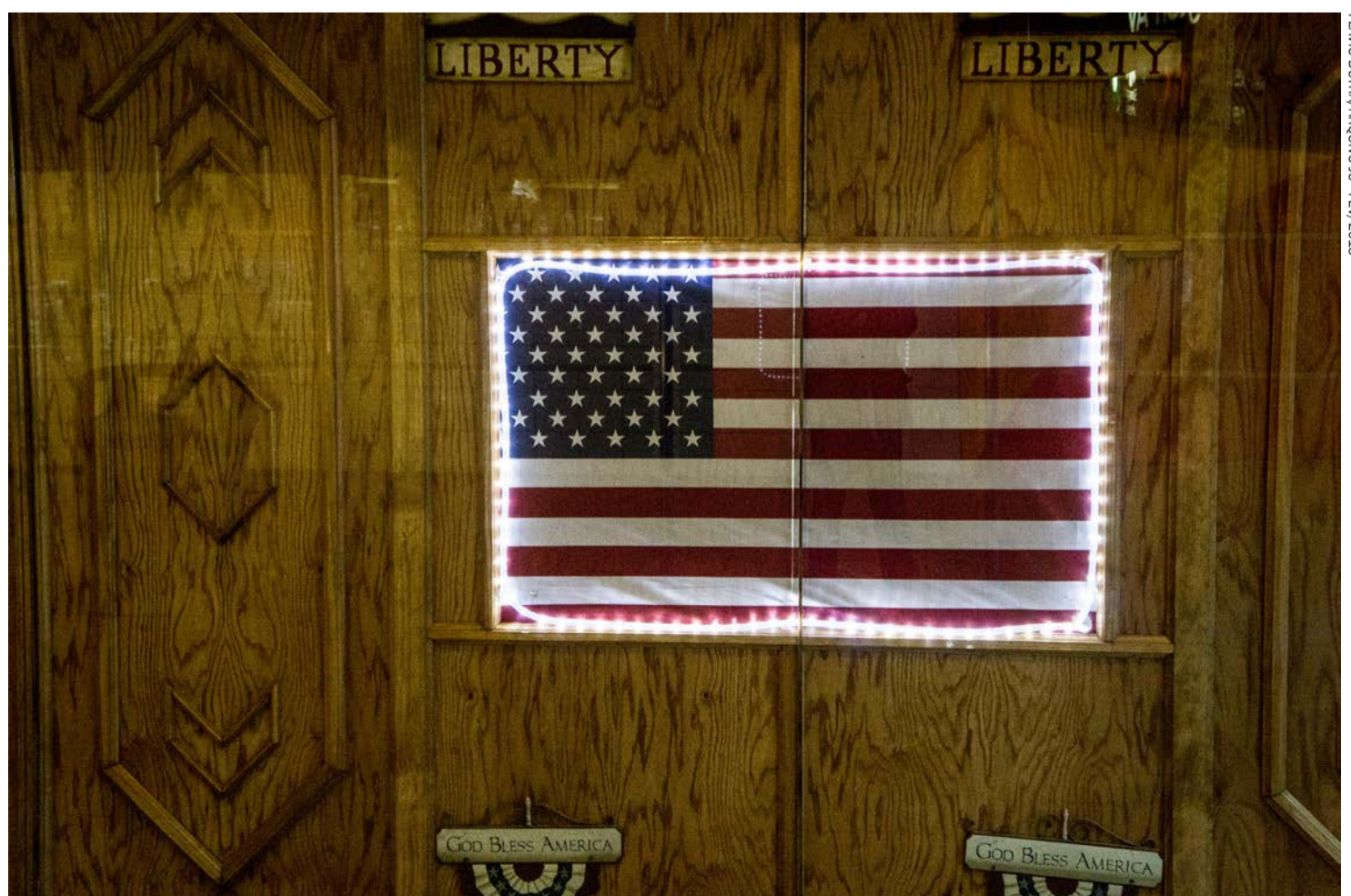
tiva real e eficiente: os russos fizeram testes nucleares logo depois dos norte-americanos e também foram os primeiros a lançar um satélite artificial, o Sputnik, em 1957. Se o comunismo triunfasse nessa corrida, haveria grande chance de ocorrer o colapso dos EUA nas bases em que havia sido projetado naquele 4 de julho.

Nesse sentido, a revolução em Cuba foi uma situação limite. Com a Crise dos Mísseis, em 1962, o mundo prendeu a respiração diante da iminência de uma guerra atômica. O desfecho, afinal, foi pacífico, com o recuo dos russos e a imposição aos cubanos do embargo econômico que apenas hoje começa a arrefecer. A Guerra Fria seria marcada por esse clima de tensão constante que só terminaria com o desmantelamento da URSS e a Reunificação Alemã no começo da década de 1990. Mas a História parece não haver terminado como previra um famoso teórico da época. Sobreveio uma nova realidade multipolar que desviou a atenção dos EUA do continente americano para o Oriente Médio e a Ásia. O perigo vermelho esmaeceu e os norte-americanos buscam hoje, com certo desespero, uma forma de manter o status quo.

As 13 colônias se transformaram nos Estados Unidos da América, a nação mais poderosa do mundo. Nós vivemos essa hegemonia e por isso pode nos parecer tão difícil enxergar o seu fim. Porém, todos os grandes impérios da história ruíram, sendo difícil apenas precisar os limites dessa transição. A recente crise econômica de 2008, com a falência de um importante banco, foi apontada como um ponto final do modelo, mas o aumento no nível de emprego e o fortalecimento do dólar dão provas em contrário. É neste cenário de recuperação que os EUA comemoram seu aniversário de Independência. Sendo um país ambíguo, aprendeu com as guerras que a paz interna depende de forte ação no exterior, capaz de ungiu um político da envergadura de Barack Obama ou um antagonista deplorável como Donald Trump.

*Jornalista formado pela Fabico, aluno de graduação em História-UFRGS

Em 1776, consolida-se o primeiro movimento de independência na América, com importantes consequências geopolíticas – como a Revolução Francesa, iniciada apenas uma década depois





Em nome dos animais

As comissões de ética para o uso animal preveem o oferecimento de um ambiente com higiene e iluminação adequadas



Pesquisa Cresce a busca por métodos substitutivos de experimentação

Estima-se que, a cada ano, pelo menos 115 milhões de animais sejam utilizados como meio de experimentação científica, segundo a Humane Society International. E esse número pode ser maior, visto que nem todos os países coletam e repassam informações a respeito da quantidade de espécimes utilizados em laboratórios como prática metodológica. Mesmo com mudanças substanciais relativas a regulamentações ao redor do mundo, crescem os movimentos de resistência que propõem novos métodos de pesquisa que poupem os animais.

De acordo com o presidente do Instituto 1R de Promoção e Pesquisa para a Substituição da Experimentação Animal, Thales Tréz, os animais ainda são tratados como objetos nas investigações científicas: “Quando é realizada uma pesquisa clínica com seres humanos, são tomados todos os cuidados para que a sua integridade não seja violada. Com os animais não se tem o mesmo cuidado”, critica.

Regulamentação – A primeira lei a regulamentar a experimentação animal no Brasil entrou em vigor somente em 2008, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional. Batizada como Lei Arouca em homenagem ao deputado e sanitarista Sérgio Arouca, prevê, entre outras questões, um uso considerado ético dos animais. A legislação baseia-se na ideia, concebida em 1959 pelos cientistas ingleses William Russel e Rex Burch, conhecida como 3Rs

(*replace, reduce and refine*), ou seja, a substituição por outros métodos, a redução da quantidade de espécimes e o refinamento – este último diz respeito às práticas voltadas ao bem-estar dos animais, visando à atenuação do sofrimento e da dor.

Segundo Thales, desde que a medida entrou em vigor, houve uma mudança significativa, porque até então não existia uma normatização específica. Ele considera, entretanto, que a regra privilegia o refinamento e pouco valoriza a substituição e a redução. Nesse caso, refinar acaba sendo um engodo para mascarar práticas que se mostram questionáveis do ponto de vista da reflexão crítica e moral, relativas às situações às quais os animais são submetidos em nome da ciência.

A norma previu também a criação de comissões de ética para o uso animal (Ceua). Vinculadas ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), como explica o coordenador da Ceua-UFRGS, Marcelo Alievi, elas têm a atribuição de avaliar, a partir das leis vigentes, os procedimentos de ensino e de pesquisa, promovendo debates entre os participantes das comissões – entre eles, veterinários, biólogos, docentes, pesquisadores e representantes de sociedades protetoras – e emitindo pareceres para que as pesquisas que estiverem conforme a legislação possam ser desenvolvidas. “Relativo ao bem-estar animal, na Ceua, pensamos nas condições em que eles devem ser mantidos: devem estar num ambiente correto, com higiene, luminosidade, ser manejados por pessoas preparadas e ter veterinários para atendê-los”, comenta Alievi.

Mudança – Acompanhando as mudanças ocorridas em termos de regulação no país, é crescente o movimento contrário ao uso de animais em experimentos, impulsionado,

inclusive, por transformações pungentes dentro do pensamento científico e da sociedade. Um exemplo é a concepção que visa passar do modelo 3Rs para o chamado 1R, que significa a busca pela substituição dos animais em testes por novas técnicas de experimentação. Em vários países, principalmente da União Europeia, existem diversos grupos dedicados a pesquisar e a desenvolver métodos alternativos, amparados por políticas de financiamento tanto públicas quanto privadas para esses fins.

“No Brasil faltam incentivos, mas também estamos amarrados a uma forma de pensar conservadora. Costumo dizer que não temos uma massa crítica ainda bem formada para poder desencadear um processo de financiamento mais sério, mais direcionado ao 1R. A forma de pensar a ciência e a pesquisa experimental aqui é atrelada à modelagem animal, a essa ideia de mal necessário. Por consequência, não temos políticas adequadas para implementar a substituição, pois são poucas as pessoas que trazem a crítica, o debate a esse modelo”, avalia Thales.

Na prática, já são desenvolvidas metodologias de substituição a partir de abordagens híbridas, em que são utilizadas formas de pesquisa novas e tradicionais, combinando diferentes tipos de vieses para o entendimento dos fenômenos a serem estudados de perspectivas distintas. Crescem as tecnologias de pesquisas *in vitro*, como, por exemplo, culturas de células e tecidos e a utilização de estruturas tridimensionais que se valem de diferentes matrizes humanas; a nanotecnologia, com a utilização de chips que simulam órgãos humanos; e técnicas *in silico*, que são métodos computacionais que procuram relacionar a estrutura química de uma determinada substância à sua potencial toxicidade.

Sobre tais tendências, Thales analisa que “esses métodos são eficazes, porque, se analisarmos os estudos de correlação, há uma discrepância muito grande entre os dados e as respostas do que é obtido nos animais e nos seres humanos. Não há uma correspondência significativa que justifique a continuidade da pesquisa. Existe um ceticismo ao R da substituição, primeiro porque propõe uma mudança radical, mas também por uma descrença que não reconhece a limitação do modelo animal. As pessoas tendem a ser críticas às novas tecnologias, mas não em relação aos métodos antigos”.

Futuro – A professora do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da UFRGS Mara Ritter diz viver certa contradição ao coordenar o projeto de extensão Bichos do Campus, que acolhe cães e gatos abandonados no Câmpus do Vale, ao mesmo tempo que vê outros animais sendo usados em pesquisas e faz parte do conselho da Ceua-UFRGS, enquanto representante da ONG. “Eu tenho consciência de que ainda não estamos num momento em que poderíamos parar todas as pesquisas. Não gosto de muito do que é feito, mas não vejo, no momento, alternativa. Não é uma situação fácil; questiono-me o tempo todo sobre por que conseguimos salvar alguns animais e de outros não se consegue evitar o sofrimento da experimentação. Não é a coisa mais agradável, mas omitir-se acaba sendo pior”, reflete Mara.

Consoante à visão de Mara, Marcelo Alievi afirma que “nosso papel, enquanto Ceua, é complicado, mas tentamos fazê-lo com atenção. Na nossa visão, o dia em que os animais serão poupados, infelizmente, está longe, pois existem muitos procedimentos que ainda se mostram impossíveis sem o seu uso. Houve, contudo, uma mudança substancial

com a utilização mais cuidadosa trazida pela lei Arouca”.

O movimento que luta pela mudança no fazer científico não é recente. Pelo tempo em que se fazem experimentos – como metodologia, há quase 400 anos –, existem mobilizações suficientes a fim de buscar soluções para repensar a ciência. “Muitas pessoas trabalharam anos da mesma forma sem questionar o bem-estar dos animais. Eles eram um meio de pesquisa, e não se indagava o fato de serem seres vivos, de sentirem dor ou desconforto. Somente mais tarde se passou a questionar com mais força no meio científico. É visível que hoje existe um número maior de grupos de proteção. E muitos estão propondo soluções também, porque deve haver alternativas, e por isso alguém tem de pensar nesses meios”, conclui Mara.

Thales considera que, para que a mudança ocorra, será preciso que as gerações sejam estimuladas a repensar os modos de se fazer ciência e debater mais abertamente as transformações que desejam que ocorram. “Entendemos que a mudança na ciência é gradativa, como em qualquer cultura, e acontece de forma lenta. Então, acreditamos que, com o tempo, essa outra perspectiva de pesquisa e os novos modelos encontrarão seu espaço. Na medida em que haja novos financiamentos, em que promovamos debates, que criemos massa crítica, as mudanças acabarão acontecendo. É uma tendência. Temos de promover reflexões, e não apenas no campo da ciência. Isso é fundamental para que as novas gerações de pesquisadores possam vir abertas a essas mudanças”, conclui o coordenador do Instituto 1R.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



Memória gráfica e editorial

Livraria do Globo Obra recupera a história de uma das maiores editoras do Brasil no século XX

Everton Cardoso

Desde que, em 2000, por primeira vez, se debruçou sobre a história da Livraria do Globo, a professora do Instituto de Artes da UFRGS Paula Ramos tem-se deparado com questões que a desafiaram. Tal foi a profusão de coisas que surgiram a respeito da chamada Seção de Desenho da empresa que já lhe renderam uma dissertação de mestrado, uma tese de doutoramento – ambas defendidas no PPG em Artes Visuais da Universidade – e uma exposição. Neste mês, a pesquisadora apresenta mais elementos desse percurso ao lançar uma obra pela Editora da Universidade e uma mostra no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). “Quando fui reler as fontes que havia pesquisado, me dei conta de algo que pincelei sutilmente na tese e na dissertação. Na Livraria do Globo, a imagem era usada dentro de um contexto. Não é pintura ou gravura”, diz a historiadora da arte ao fazer uma comparação entre a presença da imagem na produção editorial e no campo artístico. E completa: “Está dentro de um contexto político, ideológico, atende a outros fins, que não a imagem. Percebi que tinha de trazer isso de forma mais aprofundada no livro”.

Páginas do livro
Aventuras do avião vermelho (1936), de autoria de Erico Verissimo, com ilustrações de João Fahrion



A obra, então, enfatiza o que é considerado o período de ouro da Livraria do Globo, entre os anos 1930 e 1950. Nesse momento, a empresa chegou a ser uma das maiores do gênero do Brasil, juntamente com a Companhia Editora Nacional e a José Olympio, ambas de São Paulo. “Na verdade, não era apenas uma editora, era um empreendimento editorial, intelectual e comercial”, explica a pesquisadora. Como objeto central de seu estudo, Paula Ramos teve o que hoje chamaríamos de departamento de design gráfico da Globo. “A Sala de Desenho foi criada no final dos

anos 1920, pois eles precisavam de artistas para ilustrar a *Revista do Globo*”, conta sobre o surgimento do setor coordenado pelo designer alemão Ernst Zeuner e que foi responsável pela modernização da visualidade no Rio Grande do Sul. “Ele veio para Porto Alegre com conhecimento importante e atualizado. Aqui já tinha um centro gráfico de destaque, mas ele foi um articulador importante entre os gráficos e os artistas”, acrescenta. Como naquele momento não havia um sistema artístico estabelecido na capital, artistas visuais, como João Fahrion, Sotero Cosme, Edgar



A modernidade impressa: artistas ilustradores da Livraria do Globo - Porto Alegre

Paula Ramos
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016
610 páginas
R\$ 180

Koetz, Nesoln Boeira Faedrich e Gastão Hofstaetter, encontraram aí uma possibilidade de trabalho. “A iniciativa teve papel formativo para esses artistas”, avalia a autora do livro. Para dar conta desse panorama iconográfico, a obra traz

mais de 1.500 imagens – entre elas, inclusive, reproduções de livros completos. É, portanto, obra referencial para áreas como as artes visuais, o design, a comunicação, a literatura, a história e as artes gráficas.



De mim já nem se lembra

Luiz Ruffato | São Paulo: Companhia das Letras, 2016
136 páginas | R\$ 35 (preço médio)

Trabalho de memória

Remexendo nos pertences da mãe recém-falecida, Luiz se depara com uma caixa de madeira. Dentro, um maço de cartas amarradas com barbante. Descobriu o lugar onde sua mãe abrigou o coração despedaçado pela morte prematura do filho mais velho. Incapaz de lidar com aquela lembrança, decide levar consigo o achado, que só reaparece sob seus olhos anos mais tarde, durante uma mudança de casa. É este o ponto de partida do romance de Luiz Ruffato: um mergulho nas memórias familiares de uma longínqua Cataguases da década de 1970. O irmão, José Célio, fez o percurso comum a muitos jovens oriundos de famílias pobres: partiu em busca de uma oportunidade na grande metrópole. Do interior mineiro à capital paulista, as cartas escritas entre fevereiro de 1971 e março de 1978 relatam as angústias de quem se vê sozinho em uma cidade estranha: a moradia precária, o salário baixo, a jornada de trabalho exaustiva, o lazer escasso e, sobretudo, a perda das raízes com a terra natal. A soma disso tudo é traduzida em uma mensagem datada de janeiro de

1975: “A viagem de volta é sempre ruim, porque os anos passam e vejo que é cada vez mais difícil pensar em voltar a morar aí em Cataguases. Desta vez andei mais pela cidade, vi alguns amigos, encontrei outros que também estão morando aqui em São Paulo e a sensação que fica é de que nunca mais vou voltar. Isso é muito triste, porque aqui não é o meu lugar. Mas sinto que aí já não é o meu lugar. Ou seja, não sou de lugar nenhum. E isso dói dentro da gente”. Nos relatos de José Célio também transparece o clima político da época, marcado pela repressão da ditadura, a forte transformação dos costumes e a lenta articulação do movimento sindical. Metalúrgico, o jovem mineiro logo se envolve na luta pela melhoria das condições de trabalho, participando da organização das primeiras campanhas salariais de sua categoria. A morte o pega de surpresa na estrada a caminho de casa. Passadas décadas de seu desaparecimento, suas narrativas singelas encontram no irmão escritor um leitor-narrador à altura da beleza de uma fala que permanece ecoando na memória. (Ânia Chala)



Jogo jogado

Guilherme Cassel | Porto Alegre: Libretos, 2016
224 páginas | R\$ 32 (preço médio)

Narrativas de solidão

O escritor santa-mariense Guilherme Cassel entrelaça em *Jogo jogado*, seu segundo livro, sete contos que tratam das mais diversas faces dos relacionamentos humanos. Ele constrói narrativas que se voltam a questões ligadas às profundezas dos sentimentos, muitos deles invocados pelo passar do tempo e pelas intempéries que o acompanham. As condições externas ao corpo ligadas à solidão, ao envelhecer, à morte, a reflexão gerada pelo olhar para si mesmo e o reaprender a ver quem sempre esteve próximo são constantes na obra.

O sobrinho que tem de realizar o desejo do tio solitário que mora numa casa de repouso. O filho que na despedida ao pai tem um reencontro inesperado. O casal que nunca se acostuma com a partida dos filhos e se questiona se são ou não felizes com a vida que levam. Todas essas figuras servem de pontos de amarração à costura dos textos, que têm intrinsecamente a presença da reflexão – que vale como aliada do leitor no processo de apropriação das histórias.

Outros dois aspectos que se contrapõem, ou melhor, se condensam a outras questões são certo humor e ironia, dos quais o autor se vale em diversos momentos, como no conto *Terráqueo*. Nesse texto, um grupo de amigos bem-sucedidos arma um plano para que a polícia não consiga prender o seu fornecedor de maconha. Nessa narrativa, Cassel apresenta, logo no início, uma relação sarcástica entre a pequenez do personagem principal e seus problemas frente à infinitude do universo.

Utilizando em suas tramas uma linguagem bastante acessível, Cassel atrai os mais diversos leitores, desde os que preferem histórias que tangenciem o drama até os aficionados pelo gênero policial. Os enredos conversam em alguns aspectos pontuais, contudo, constroem-se de maneira independente e são bastante universais, tratando de temas pertinentes, como as relações familiares e a violência nas cidades. Visto o contexto em que estamos inseridos enquanto sociedade, tais temas visivelmente serviram de inspiração para o autor. (Júlia Costa)



Nascido no Brasil inteiro

Centenário Ritmo nacional, o samba tem presença marcante na capital gaúcha

Everton Cardoso

Neste ano, comemora-se uma efeméride importante para a música brasileira: o centenário do samba. A data referente ao ritmo nacional, no entanto, acaba por esconder o quanto o gênero já surgira muito antes desse momento considerado seminal e o quanto muito desse gênero não está restrito ao Rio de Janeiro e aos mitos associados à

antiga capital nacional, como o carnaval e as escolas de samba. O ano de 1916, na verdade, marca o registro da composição *Pelo Telefone* na Biblioteca Nacional. Ainda que isso tenha sido feito com Donga – apelido de Ernesto dos Santos – e Mario de Almeida como autores, a música é uma composição coletiva que teria tido origem no terreiro da baiana Tia Ciata, próximo da antiga Praça Onze, na região central da capital carioca. Esse fato, porém, não é consenso.

Origens – Em Porto Alegre, por exemplo, já se viam manifestações culturais ainda no século XIX. O músico e jornalista Arthur de Faria, que tem se dedicado a pesquisar a história da música popular na capital, conta que, na cidade, era famoso o candombe da Mãe Rita. No lugar, reuniam-se escravos de diversas nações africanas que misturavam suas diferentes

músicas: cantavam, dançavam e ensaiavam autos incorporados pelo sincretismo religioso e que ainda hoje sobrevivem no litoral norte do Rio Grande do Sul. Também o pesquisador e professor de Etnomusicologia do Instituto de Artes da UFRGS, Reginaldo Braga, aponta para essa história. Ao estudar a música de matriz africana no estado, deparou-se com a obra de Pereira Coruja. Nela, o escritor e historiador fala desse ambiente: “A descrição é vaga, mas era um ponto agregador da comunidade negra da cidade. Nesses encontros, a música era importante”. Ele ressalva, porém, que ainda não era o samba tal como o conhecemos, mas um tipo de música que o antecedeu. E complementa: “O religioso e o profano aconteciam no mesmo espaço, na mesma comunidade”. Ainda no século XIX, Arthur de Faria chama atenção para os blo-

cos de Zé-Pereira e os corsos das sociedades carnavalescas – estes com carros alegóricos puxados por cavalos. Havia, portanto, na cidade, música e festas que, depois, dariam origem ao samba e ao carnaval.

É no século XX, então, que a história do gênero que depois vai se tornar o ritmo nacional brasileiro começa a tomar rumos que a levaram a um formato mais próximo do que conhecemos atualmente. Reginaldo descreve o que se conhece do cenário carioca para dar uma ideia de como esse processo se deu: “Nas casas de tias baianas no Rio de Janeiro se reunia a população migrante. Surgiu aí, então, um samba com levada baiana, não no formato atual”. *Pelo Telefone*, por exemplo, é um ‘samba de roda’, talvez um ‘partido alto’, pois tem refrão fixo e as estrofes são algumas fixas, outras improvisadas. “É um gênero que

se foi transformando”, sintetiza o pesquisador. Tanto é que foi depois disso, já quase nos anos 1930, que surgiu muito do que hoje julgamos serem as características do samba. Na comunidade do Estácio de Sá, com a escola de samba Deixa Falar – que mais tarde deu origem àquela notória que participa dos desfiles do carnaval carioca e que, atualmente, leva o nome da comunidade que a abriga –, um processo de apropriação da música de herança baiana levou até mesmo à criação de instrumentos como o tamborim e o surdo. “É uma versão mais próxima do que conhecemos, com a percussão que se tornou característica”, conta.

Polêmica – Esse lugar pioneiro dado à composição que surgiu no terreiro carioca que ficava próximo da Praça Onze, no entanto, não é ponto pacífico. Ao se deparar com uma história relativa a essa discussão, o cineasta Gustavo Fogaça empreendeu um processo de pesquisa que o levou à história da gravadora e fábrica de discos A Elétrica, de Porto Alegre. A empresa teve seis anos de atividades e lançou 326 títulos diferentes. Tal foi o pioneirismo da casa que era a primeira da América Latina; os discos gravados no Brasil e na Argentina, antes disso, eram prensados na Europa. “Isso demorava muito tempo; eram dois meses de barco para ir, dois para voltar. Os gramofones também eram caros e importados. Com a abertura da Elétrica, o polo musical do Cone Sul mudou para cá”, conta. Nesse cenário precursor, entre os artistas que registravam suas músicas na gravadora sulina, estava a dupla Os Geraldos. Formado por Geraldo Magalhães e Nina Teixeira – portuguesa radicada na capital –, o dueto gravou em 1913 três sambas. Entre eles, um grande sucesso da época: *Ya Ya me diga*, pelo famoso selo Discos Gaúchos, que lhes rendeu muito êxito e turnês pela América e pela Europa.

No processo de pesquisa que resultou num documentário para televisão e num filme de ficção, Gustavo conversou com o folclorista João Carlos Paixão Côrtes, que publicou em 1984 uma obra sobre o tema. Paixão Côrtes contou a Gustavo que, quando participou do 1.º Encontro de Pesquisadores da Música Popular Brasileira, em Curitiba, em 1975, confrontou os historiadores do resto do país, contestando o lugar de berço do samba atribuído ao Rio de Janeiro. A controvérsia, no entanto, não bastou para resolver a questão, já que nos vinhos de Os Geraldos o gênero musical – como era comum na época – era identificado como xaxado. “Não havia um conceito unificado sobre o que era samba. Não sei quem definiu que era um xaxado, mas a estrutura musical é de um samba”, diz o roteirista sobre a polêmica que, talvez influenciada pela indústria fonográfica e pelo bairrismo, legou ao Rio de Janeiro a primazia.



Cena do filme *A Casa Elétrica*, que reproduz o momento em que Os Geraldos gravavam, em 1913, os primeiros sambas que se conhece

Cena porto-alegrense

Mesmo não tendo sido reconhecida como pioneira na gravação de sambas, Porto Alegre tem uma tradição musical relacionada ao gênero. Na avaliação de Arthur de Faria, essa história só não ganha mais importância em razão do descaso do Rio Grande do Sul com a cultura negra. “Isso é muito claro. Tanto que, quando se iniciou o tradicionalismo, nos anos 1950, pesquisadores como Paixão Côrtes e Barbosa Lessa incorporavam as manifestações negras do Litoral Norte, que depois foram completamente ignoradas”, analisa sobre um cenário que teve como exceções os notórios compositores e intérpretes Lupicínio Rodrigues, que teve trânsito nacional, e Tulio Piva. Na avaliação de Reginaldo Braga, outro momento de destaque para o samba na capital gaúcha, ainda que com um viés um pouco menos purista, foi a emergência do suingue – nome

dado ao samba-rock no sul – nos anos 1970.

Na última década, tem-se visto um novo protagonismo desse gênero musical: uma redescoberta pela geração com menos de 30 anos e um consequente aumento na produção e na quantidade de espaços e produções dedicadas ao gênero. Mathias Berhends Pinto é um dos nomes vinculados a esse reavivar do samba na capital. Compositor, diz que este é resultado de um processo de revalorização da cultura musical brasileira, e cita como evidência desse movimento a criação do curso de Bacharelado em Música Popular pela UFRGS. Sua impressão também vem de uma experiência coletiva: ele coordena a Oficina de Choro e Samba, que reúne cerca de 50 músicos aos sábados, no Santander Cultural. “Nos doze anos em que acontece a oficina, já passaram mais de mil pessoas”, contabiliza sobre a

atividade que é como um grande ensaio geral e que cobre um repertório bastante variado.

O também músico Gabriel Cabeça atua como músico da Tribo Brasil e integra o elenco do espetáculo *O Maestro*, o Malandro e o Poeta – dedicado a Tom Jobim, Chico Buarque e Vinícius de Moraes e de grande repercussão na cidade nos últimos tempos. Com doze anos de carreira, diz que, de modo geral, é difícil viver de música no Brasil, o que dificulta também o estabelecimento de uma trajetória voltada para o samba. Ainda assim, tem percebido um incremento da cena musical para gêneros brasileiros, sobretudo com a abertura de casas noturnas na Cidade Baixa. “A cena de samba, em Porto Alegre, é forte e sempre existiu. Os artistas produzem e têm o que divulgar, mas infelizmente isso não chega ao público”, sintetiza.



DESTAQUE



Ciclo de filmes exhibe produções que mostram as visões de diferentes povos nativos brasileiros

Indígenas por eles mesmos

Cinema

Mostra propõe nova forma de ver a cultura indígena

A partir deste mês, a Sala Redenção apresenta a mostra Tela Indígena. Com a proposta de divulgar filmes feitos por indígenas ou que tratam da temática, pretende trazer à luz temas que muitas vezes passam despercebidos do cotidiano do resto dos brasileiros. O ciclo é organizado pelo Núcleo de Antropologia de Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT), que faz parte do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, e pretende fazer circular esse conhecimento dos povos nativos brasileiros entre a comunidade universitária e mesmo fora dela. O evento realizado pelo núcleo neste ano amplia a perspectiva de outros similares organizados em anos

passados: antes exibidos nas salas do IFCH, eram assistidos essencialmente por estudantes e professores mais diretamente ligados aos estudos em Antropologia e Ciências Sociais. A ideia agora é chegar ao público do Cinema Universitário, que tem perfil mais variado. Segundo o coordenador do NIT e professor do Departamento de Antropologia da UFRGS, Sergio Baptista da Silva, nas experiências anteriores a reação do público sempre foi muito positiva. “Agora, queremos fazer com que a temática indígena circule também fora da UFRGS”, diz. Depois de cada sessão, haverá uma roda de conversa com o realizador do filme e com especialistas na temática indígena ou em antropologia visual.

Outra história – Nos filmes exibidos, Sergio destaca o fato de que eles, por terem sido elaborados por indígenas, trazem uma visão diferente, vinda de dentro. Em *Tava, a Casa de Pedra*, é possível ver a leitura de realizadores guaranis sobre as

ruínas de São Miguel. “É uma visão interna, a partir deles, sobre o que chamamos de patrimônio arquitetônico”, afirma sobre uma percepção que vem da cultura das pessoas que construíram e moraram nesses locais. E ressalta: “É uma outra perspectiva sobre esse momento histórico, sobre as missões jesuíticas. Não é uma história vista de fora; é indígena. Na nossa sociedade e na academia, temos uma visão a partir dos nossos próprios conceitos, e que sempre estão pautados por uma outra forma de conhecimento”. Na opinião do docente, um evento como este adquire importância neste momento da Universidade: além de já, há alguns anos, receber graduandos indígenas, agora passa a abrir espaço na pós-graduação. “Esses intelectuais se colocam na condição de pensadores a partir de suas formas de perceber o mundo. Nesse sentido, queremos mostrar nesse ciclo que temos diversos mundos, e eles são percebidos de formas muito diferentes, segundo cada etnia indígena”, explica.

CINEMA

Mostra Escola de Berlim

Ciclo de filmes organizado em parceria entre a Sala Redenção e o Instituto Goethe com uma seleção de filmes inéditos em Porto Alegre de realizadores do cinema alemão contemporâneo. Entrada franca.

OPERÁRIOS AO SAIR DA FÁBRICA
(*Arbeiter verlassen die Fabrik*, Alemanha, 1995, 36 min), de Harun Farocki
Sessões: 11 de julho, 16h; 12 de julho, 19h

NATUREZA MORTA
(*Stilleben*, Alemanha, 1997, 56 min), de Harun Farocki
Sessões: 11 de julho, 19h; 12 de julho, 16h

EXCURSÃO ESCOLAR
(*Klassenfahrt*, Alemanha, 2002, 86 min), de Henner Winckler
Sessões: 13 de julho, 16h; 14 de julho, 16h

SOB VOCÊ, A CIDADE
(*Under dir die Stadt*, Alemanha, 2010, 105 min), de Christoph Hochhäusler
Sessões: 14 de julho, 19h; 15 de julho, 16h

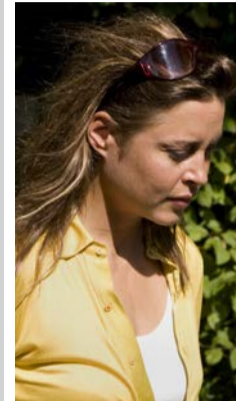


TODOS OS OUTROS
(*Alle Anderen*, Alemanha, 2009, 120 min), de Maren Ade
Sessões: 15 de julho, 19h; 18 de julho, 16h

A DOENÇA DO SONO
(*Schlafkrankheit*, Alemanha, 2011, 91 min), de Ulrich Köhler
Sessões: 18 de julho, 19h; 19 de julho, 16h

A ESTRANHA GATINHA
(*Das merkwürdige Kätzchen*, Alemanha,

2013, 72 min), de Ramon Zürcher
Sessões: 19 de julho, 19h; 20 de julho, 16h



DREILEBEN: NÃO ME SIGA
(*Dreileben: Komm mir nicht nach*, Alemanha, 2011, 89 min), de Dominik Graf
Sessões: 20 de julho, 19h; 21 de julho, 16h

FACE A FACE COM O CRIME
(*Im Angesicht des Verbrechens*, Alemanha, 2010, 10 episódios de 50 min), de Dominik Graf

Capítulos 1 (Berlim é o paraíso) e 2 (Onde estivermos, estaremos na frente)
Sessões: 21 de julho, 19h; 22 de julho, 16h

Capítulos 3 (O assalto) e 4 (A traição)
Sessões: 22 de julho, 19h; 25 de julho, 16h

Capítulos 5 (Somente o amor sincero é um amor bom) e 6 (Rosas caem do céu)
Sessões: 25 de julho, 19h; 26 de julho, 16h

Capítulos 7 (Quem tem medo, perde) e 8 (Quanto custa Berlim?)
Sessões: 26 de julho, 19h; 27 de julho, 16h

Capítulos 9 (Você recebe o que lhe é de direito) e 10 (Tudo tem seu tempo)
Sessões: 28 de julho, 16h; 28 de julho, 19h

Maratona com os dez episódios em sequência, com intervalo de 15 minutos, após o final do quinto episódio.
Sessão: 29 de julho, 14h

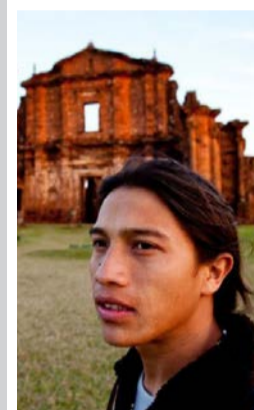
CineDHebate em Direitos Humanos

Projeto da Liga de Direitos Humanos da Faculdade de Educação em parceria com a sala Redenção. Curadoria de Giancarla Brunetto e Nycolas Correia Motta. Entrada franca.

UM HOMEM COM UMA CÂMERA
(*Chelovek s kinoapparatom*, URSS, 1929, 68 min), de Dziga Vertov
27 de julho, 19h

Tela Indígena

Mostra propõe divulgar filmes feitos por indígenas ou que tratam da temática indígena. São diferentes maneiras de ver o mundo e de ser visto por ele.



TAVA, A CASA DE PEDRA
(Brasil, 2012, 78 min), de Video nas Aldeias
Interpretação mítico-religiosa dos Mbya-Guarani sobre as reduções jesuíticas do século XVII no Brasil, Paraguai e Argentina.
Sessão: 13 de julho, 19h

DIAS DE LUTA
Brasil, 2014, 7 min
Dir. Comunicação Kuery
Dias de Luta é um curta, realizado em oficina junto ao Comunicação Kuery (coletivo Mbyá-Guarani), em que lideranças indígenas refletem sobre o Dia do Índio.
Sessão: 13 de julho, 19h

MÚSICA

Som no Salão

Com espetáculos de diversos gêneros musicais, o projeto proporciona ao público uma experiência sonora para além do entretenimento, com apresentações de artistas originais, singulares e de qualidade.

RAQUEL LEÃO

A artista paraense apresentará canções que têm uma batida sonora forte. É uma música afro-amazônica ritmada pelo balanço do rio.

Data: 20 de julho
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Entrada franca, com doação de 1kg de alimento nos dias da apresentação

EXPOSIÇÃO



De Formados

Coletiva que apresenta os trabalhos resultantes das pesquisas de artistas graduados no Bacharelado em Arte Visuais do IA. A mostra reúne obras de linguagem múltipla e híbrida em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica.
Visitação até o dia 15 de

julho.
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, segunda a sexta-feira, das 9h às 18h

ImagineFrance: a viagem fantástica de Maia Flore

Mostra fotográfica organizada pelo projeto Unifoto do Departamento de Difusão Cultural da UFRGS em parceria com a Aliança Francesa de Porto Alegre em que são apresentadas imagens produzidas pela fotógrafa Maia Flore ao percorrer castelos, museus e monumentos franceses entre julho e setembro de 2013.
Visitação: até 29 de julho

Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
Entrada franca

Postcards from Brazil

Exposição do fotógrafo pernambucano Gilvan Barreto, cujo trabalho busca na propaganda oficial as imagens turísticas de uma natureza exuberante que engoliu histórias de perseguição e morte durante a ditadura civil-militar brasileira, ajudando a esconder um estado de exceção. Curadoria de Carlos Carvalho.
Visitação: até 10 de julho
Local e horário: pátio central do Câmpus Centro

– junto à Faculdade de Educação, das 7h às 22h
Entrada franca



Pinacoteca Barão de Santo Ângelo nos 80 anos da UFRGS – Módulo I

Exposição em homenagem aos 80 anos

da UFRGS reúne obras realizadas no final do século XIX que integram o acervo do Instituto de Artes. Fazem parte da mostra obras de artistas como Alice Soares, Aldo Locatelli, Ado Malagoli, João Fahrion e Fernando Corona.
Local e horário: Salão de Festas, no 2.º andar do prédio da reitoria, de segunda a sexta, das 10h às 18h
Agendamento de grupos pelo e-mail difusaocultural@ufrgs.br

ONDE?

► **Faculdade de Educação**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3424

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Reitoria**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3051

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3933

► **Salão de Festas**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3933



Na UFRGS TV

O programa *Meu Lugar na UFRGS* com Renato Dias será exibido no Canal 15 da NET diariamente, às 20h e às 23h, além de ser disponibilizado no canal da UFRGS TV no YouTube (youtube.com/ufrgstv).

Sempre na Bioquímica

Renato Dias *Com longa trajetória na UFRGS, também teve papel central na estruturação de programas de pós-graduação em outras universidades*

Jacira Cabral da Silveira

Cá *Entre nós*, quando alguém escolhe uma área de estudo e nela se mantém durante anos, promovendo-a de tal forma que outros venham a consolidá-la não apenas em uma instituição, mas em várias, não há como restringir o registro de sua trajetória ao *Meu Lugar na UFRGS*. Cabe adensá-lo com o *Perfil* para que possamos dar conta tanto da caminhada desse sujeito quanto das condições que ele criou para que outros percorressem esse mesmo campo de conhecimento.

Aos 81 anos, Renato Dutra Dias diz que é apenas freelancer no Departamento de Bioquímica da UFRGS, onde trabalha desde o início dos anos 1960. Além de ter participado da estruturação do Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas: Bioquímica da Universidade, também colaborou para a criação dos programas de pós-graduação na mesma área na PUC de Porto Alegre, na Universidade Católica de Pelotas, na UFPel e na Universidade Federal do Rio Grande. Por isso, o *Entre nós* desse mês é dedicado ao *Perfil* do Meu Lugar de Renato, o professor dos olhos azuis e sorriso fácil que afirma categoricamente que “o meu lugar na UFRGS é e sempre foi a Bioquímica”.

Primeiras paixões – Quando ingressa no curso de Medicina da UFRGS, em 1958, logo cedo é conquistado pela bioquímica e pelo catedrático de Química Fisiológica: o médico e bioquímico Tuiskon

Dick (reitor da UFRGS de 1990 a 1992). Renato e alguns de seus colegas mais próximos, por serem muito dedicados aos estudos, eram conhecidos como os “crentes” da turma. Esse interesse extremo fez com que o professor Dick os convidasse para atuar como bolsistas na área da saúde: “Fomos os primeiros bolsistas de iniciação científica pelo CNPq na UFRGS [1960]”, comenta. Ainda no item paixões, nessa época conheceu sua futura esposa, com quem casou antes da formatura, quando já tinham uma filha. “A Marlene me acompanha há 56 anos e me apoia em tudo, mas diz que a Bioquímica é a sua única concorrente”, sorri ao contar.

Em 1961, Dick é o responsável pela criação do Instituto de Pesquisas Bioquímicas (IPB), no Câmpus Centro da Universidade, passando a ser conhecido como o prédio da Bioquímica, junto ao curso de Filosofia. Após a experiência como bolsista e como assistente da cátedra de Química Fisiológica, Renato foi indicado por Dick para assumir como professor logo depois de sua formatura em 1963.

Entretanto, a nomeação aconteceria somente em maio: “Atrasou um pouco porque estourou o golpe de 1964”, justifica. Em função de seu passado de esquerda no centro acadêmico do Curso de Medicina, precisou recorrer ao então reitor José Fonseca Milano (1964-1968) para que intercedesse a seu favor: “Ele me levou até a sala do coronel [Natalício] e disse que não se preocupasse comigo, e que, qualquer coisa, era só falar com ele”.

Quando começam as tratativas

para a criação do Mestrado em Bioquímica, Renato assume como coordenador pro tempore e se encarrega do credenciamento do curso, tendo a colaboração da professora Helen Tortorella. Em 1977, quando o curso é credenciado, inicia formalmente o programa de pós-graduação em Bioquímica.

Consolidando a pesquisa – Dar aula, fazer pesquisa, acompanhar o professor Dick em seus projetos de ampliação e consolidação da Bioquímica na Universidade: assim Renato descreve o seu dia a dia junto ao IPB e ao departamento de Bioquímica do qual se torna chefe em 1977. Juntamente com o professor Diogo Onofre Gomes de Souza, ele dá início a uma campanha de consolidação do programa de pós-graduação, convidando nomes de destaque para ingressarem como pesquisadores na UFRGS.

Eles e o professor Dick foram responsáveis por trazer para a Universidade pesquisadores como Ivan Izquierdo, médico e cientista argentino naturalizado brasileiro, pioneiro no estudo da neurobiologia da memória e do aprendizado. Renato lembra que, devido ao temperamento de Izquierdo, foi preciso muito jogo de cintura para mantê-lo no departamento. Ele recorda uma conversa determinante para que os colegas concordassem com a permanência do cientista:

“Se o Renato Portaluppi não estivesse em campo contra o Hamburgo, o Grêmio teria sido campeão do mundo? Não [foi a reposta que ouviu]. Então, nós só teremos uma base sólida em pesquisa se tivermos

o Izquierdo no IPB.” Ele garante que esse argumento foi suficientemente forte para convencer os gremistas de plantão: “Mas depois ele [Izquierdo] foi se apeonando”, conclui a história empregando um termo aprendido lá para os lados de Bagé, de onde veio para estudar na capital.

No início dos anos 1980 havia planos de transferir alguns cursos para o Câmpus do Vale. Ideia que desagradava a muitos professores: “Eles queriam que pelo menos as cátedras de Medicina permanecessem onde estavam”. Entre os que compraram essa briga, estavam integrantes dos departamentos de Bioquímica, Fisiologia e Anatomia.

Foram longos três anos de negociações, durante os quais Renato, então diretor do Instituto de Biociências, teve grande envolvimento. Foi ele que convenceu os colegas de seu departamento a apoiarem o diretor da Faculdade de Medicina, Waldomiro Manfroi, e a resistirem à transferência. Por muitas quintas-feiras durante esse período de tratativas, Renato chegou às 7h30min ao gabinete de Manfroi para, juntos, pensarem estratégias de permanência: “Por isso, surgiu a ideia do Instituto das Ciências Básicas da Saúde (ICBS)”, revela.

Atualmente, o ICBS reúne os departamentos de Bioquímica, de Fisiologia, de Ciências Morfológicas, de Microbiologia/Imunologia e Parasitologia, e de Farmacologia. Conforme Renato, como o seu departamento foi mais ágil em angariar recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), foi possível dar início e concluir a construção do prédio no Câmpus

Saúde, onde funcionam a secretaria do departamento e os programas de pós-graduação em Bioquímica e em Educação em Ciências – este último compartilhado com as universidades federais de Rio Grande (Furg) e de Santa Maria (UFSM).

Renato conta que a participação do professor Moacir Wajner foi fundamental tanto na elaboração do projeto do prédio da Bioquímica quanto no acompanhamento da obra. “Em viagem à Inglaterra, ele ficou impressionado com um modelo de laboratório, que acabamos adotando aqui”, relembra. Enquanto nas antigas instalações o departamento tinha 700 m², com a mudança para o Câmpus Saúde esse espaço passou para 4.000 m². No primeiro piso, funciona o biotério; no segundo e terceiro andares, existem 16 laboratórios. “Chegamos a ter 300 pessoas trabalhando aqui”, gaba-se.

Hora do café – Aposentado desde 1996, Renato comparece ao departamento de Bioquímica toda manhã, mesmo nos dias frios de inverno, salvo uma vez ou outra. “Se até as 8h20 ele não aparecer à porta do laboratório 24, onde auxilia as pesquisas em neuroquímica celular desenvolvidas pelos orientandos do professor Diogo Losch de Oliveira, ligamos pra casa dele”, comentam Meri e Thainá, estudantes de doutorado e mestrado, respectivamente.

Independentemente do motivo do atraso – com a respectiva justificativa que Renato se obriga a dar aos colegas de departamento –, é comum vê-lo cercado de estudantes para quem “sempre tem uma historinha pra contar”, diz Meri. Nas segundas-feiras o assunto quase sempre é o mesmo: falar do jogo do tricolor do final de semana. “Ele é apaixonado pelo Grêmio”, dizem as jovens pesquisadoras.

Depois do café, outra parte da rotina, começam as pesquisas na Internet à procura de artigos científicos que possam contribuir para as diferentes pesquisas em curso: “Ele sabe o que cada um de nós está investigando”, comenta Thainá, e não é raro fazer cópias impressas daqueles que julga mais importantes, com anotações escritas às margens, para entregá-las aos estudantes.

Aos finais de semana e mesmo nas férias, costuma levar artigos ou textos para ler em casa. Segundo ele: “A Marlene nunca foi contra e até achava uma boa”.

Essa amizade e reconhecimento dos alunos fazem de Renato um homem realizado: “Há mais de dez anos me dei conta de que o principal é o contato com o aluno”, afirma com convicção. Contato que começou e continua acontecendo em torno da Bioquímica, embora ele eleja como espaço mais marcante em sua vida acadêmica o antigo prédio da Medicina, no Câmpus Centro: “Onde tudo começou”.



Nos anos 1960, quando Carlos fazia o trajeto de Santa Cruz do Sul, onde morava, para Porto Alegre, vinha de trem. Um trem meio esquisito, chamado “carro-motor”: um ônibus, colocado sobre os trilhos, com um condutor. “Coisa muito chique”, diz ele, entre gargalhadas fáceis. “O trem era gratuito para crianças até 8 anos, assim, sempre que o pai vinha para a capital, me trazia junto. Levava umas oito horas; aquilo se movia devagar. De vez em quando, parava num ponto e vinham crianças vender uns pratos de comida.”

Talvez seja dessas paradas e dessas viagens longas, quando tinha tempo para olhar tudo a prazo perdido, que Carlos tenha buscado o ensaio fotográfico *Zona de Transição*, um dos doze finalistas do prestigiado Prêmio Conrado Wessel deste ano. Professor aposentado do Instituto de Informática da UFRGS, fotografa desde os anos 70. “Minha mulher, Eliane, e eu chegamos a ter um laboratório de revelação para filmes e cópias em preto e branco em casa. Mas era caro pagar os ‘químicos’, os filmes e materiais”. Depois, em duas viagens que o levaram para uma bolsa trabalho e mais tarde para um doutorado na Alemanha, começou a fotografar com “slides”. “Era mais fácil porque não tinha todo o processo artesanal. Mas aí já tinha filho, eram outras imagens, registrar a família. E as viagens, claro. Quando voltei, fui retomando o gosto. Mas o trabalho com a Informática me absorvia muito, exigia uma atualização constante. A fotografia foi ficando um pouco de lado. Retomei com vontade quando me aposentei”, relata. Fez cursos, participou de grupos de estudos e, principalmente, conversou bastante. [Nota explicativa: Carlos é dessas pessoas com quem se conversa fácil. O jeito alemão, quase brejeiro, é cortante e suave de uma maneira difícil de explicar, mas que agarra o interlocutor numa conversa que dá vontade de seguir.] *Zona de Transição*, que tem 10 imagens no ensaio completo, é uma espécie de observação sobre o que Carlos chama de “monumentos”, coisas que ele encontra entre o urbano e o rural. Não são os elementos que normalmente nos chamam atenção em uma viagem – as paisagens, as curiosidades, as pessoas. São mesmo “os meios, aquilo entre uma coisa e outra, o que parece nada, que está ali por algum motivo. Pensei primeiro em transição, mas depois concluí que a ideia de fronteira me ajudava a pensar melhor. Não mudou muito o tipo de coisa que fotografei, mas me fez entender melhor”. A cerimônia de premiação do Conrado Wessel será em setembro, em São Paulo. Carlos participará do livro e de uma exposição com todos os trabalhos premiados.

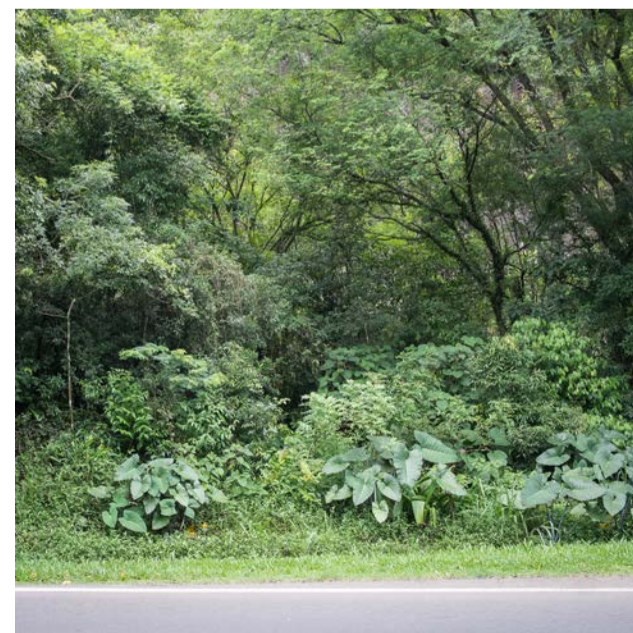
Zona de transição

FOTOS **CARLOS HEUSER** TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



CARLOS HEUSER

É PROFESSOR APOSENTADO DO INSTITUTO DE INFORMÁTICA DA UFRGS. EM 2016, COM O ENSAIO DESTA PÁGINA, FOI UM DOS PREMIADOS DO CONCURSO CONRADO WESSEL. ATÉ ESTE ANO, AINDA ORIENTOU ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO. AGORA, SE DEDICA ÀS VIAGENS E À FOTOGRAFIA.



A RELIGIÃO na cena pública

AS REITERADAS MENÇÕES A “DEUS” durante a votação no plenário da Câmara dos Deputados que deu início ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff deixaram parte da população brasileira entre a perplexidade e a indignação. Isso deu lugar a uma miríade de manifestações inflamadas que buscavam desqualificar a votação e os deputados, voltando-se a atenção – como em inúmeras situações antes desta – majoritariamente para os integrantes da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE).

Não raro, tais manifestações tendem a generalizar a desqualificação a toda população evangélica, além de tomarem a presença desses representantes como ilegítima. Isso, no entanto, pode entrar em colisão com o próprio processo democrático que pretendem defender.

A FPE, por sua vez, lidera ações marcadas por um caráter fundamentalista, buscando impor suas posições a toda a população, como no caso do projeto legislativo solicitando a sustação do decreto que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal. Esse panorama conflitivo aponta para a premente necessidade de se compreender o fenômeno da proliferação dos parlamentares que se proclamam evangélicos e, em termos mais amplos, de promover o debate acerca das dinâmicas de interação entre a religião e a esfera pública, em especial no âmbito da política.

Se os questionamentos iniciais se dirigiam especificamente aos evangélicos, tornou-se evidente ao longo da construção deste caderno que a questão é mais complexa, tendo em vista o paradigma normativo exercido pela Igreja Católica no Brasil. Além disso, a noção idealizada de laicidade, com a separação fundamental entre Igreja e Estado, se viu frequentemente contestada pelos dados apresentados pelos entrevistados, os quais atestam um crescente engajamento de grupos religiosos na vida pública.

A discussão que se segue nas próximas páginas se estrutura a partir de relatos de diferentes pesquisadores que estudam a religião a partir da perspectiva das ciências sociais. O propósito é elaborar um entendimento frente a perguntas que interroguem sobre qual o lugar possível para a religião na esfera pública; os significados da atuação evangélica; se seus atores são representativos em relação aos posicionamentos da população; se o conservadorismo é uma marca dessa parcela da população; se antes de sua presença na política a religião estava ausente; o modo de encarar o pluralismo crescente na sociedade e os conflitos que se seguem; e, por fim, o modo de lidar com princípios conflitantes, mantendo o diálogo democrático.

TEXTO
FELIPE EWALD

FOTOS
FLÁVIO DUTRA



Crítica e autocrítica

“Com frequência, as pessoas acham que estão certas. Tentar repensar a própria posição, num tipo de autocrítica, é algo muito difícil. É um desafio que eu vejo para a nossa sociedade, ao tornar-se pluralista, o que ela não era antes”, opina Eduardo Dullo, professor do departamento de Antropologia da UFRGS.

No contexto atual de agitação social e incerteza política, grupos antagônicos (em questões sensíveis como família e direitos sexuais) rapidamente transformam aqueles que discordam de si em inimigos, e não em uma posição válida, ou mesmo não válida, mas que ainda assim deva ser discutida na vida social. “Vemos um crescimento de fundamentalismos ou fanatismos que obedecem a vários pontos de vista, porque eu não acho que seja algo restrito a uma posição, seja ela religiosa ou não. Os discursos de ódio são mais visíveis em alguns blocos do que em outros, mas a ideia de que não é necessária a existência daquela posição na vida social é presente em vários deles. A questão é como isso vai se desenvolver: se a gente vai se matar ou se vamos aprender a conviver com a diferença; e, necessariamente, nesse transcurso, a relação entre religião e política sofrerá alterações. Isso já vem ocorrendo na medida em que não há mais a posição de hegemonia da Igreja Católica”, pondera o docente.

Perda de autoridade – Um dos alvos – e igualmente perpetradores – desse tipo de discurso, a atuação de forças evangélicas na política ganha visibilidade a partir dos anos 2000 – ainda que já estivessem presentes na Assembleia Constituinte. Até a década de 1990, a Igreja Católica ocupava um lugar hegemônico na sociedade. Eduardo aponta que a posição católica se constituiu na segunda metade do século XX, com a teologia da libertação, numa frente progressista à esquerda que se opunha ao regime militar e, quando este acabou, teve dificuldade de se reposicionar na medida em que o principal elemento contra o qual ela se mobilizava publicamente deixou de existir.

Na mesma época, ocorre a ascensão do neoliberalismo no Brasil. Em confluência com este, segundo Diana Lima, pesquisadora da UFRJ, há o crescimento da teologia da prosperidade das Igrejas Neopentecostais. Conforme aponta no artigo “*Trabalho*”, “*mudança de vida*” e “*prosperidade*” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, há uma relação entre o crescimento da conversão ao neopentecostalismo, que prega uma

existência terrena de prosperidade e incentiva os fiéis a empreenderem, e a economia de mercado, marcada pelo elogio ao sucesso.

Já a Igreja Católica não estava afinada com o discurso neoliberal, engajando-se na produção da sociedade democrática. “A gente poderia dizer que, muitas vezes, ela acabou se tornando a sociedade civil, o terceiro setor. Isso deixou aberto um espaço muito grande para outras igrejas e denominações. Já tínhamos também o crescimento do feminismo e do movimento LGBT dos anos 1970 em diante. É uma série de processos que vão se aglutinando e divergindo em alguns pontos-chave, como a noção de família ou a prescrição de posições de gênero e sexualidade. Criam-se novos centros de legitimidade moral e de autoridade para posições que as pessoas possam assumir. A Igreja Católica perde, então, a autoridade moral de dizer o que é correto”, complementa Dullo.

Essa autoridade também dizia respeito ao fato de a Igreja Católica constituir o paradigma normativo que servia de referência para definir o que é religião. Assim, para se constituir socialmente, as outras religiões precisavam mostrar uma similaridade com as características daquela.

O professor Emerson Giumbelli, também ligado ao departamento de Antropologia da Universidade, sustenta que isso tem a ver com o papel histórico atribuído ao catolicismo na formação da sociedade brasileira. “Lembremos que por quase quatro séculos vigorou um regime de religião oficial, encerrado com o início da República. Mas mesmo hoje em dia a Igreja Católica, seus representantes e seus símbolos têm um lugar destacado. São exemplos: a proeminência política da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a existência de capelas em hospitais públicos, a presença de crucifixos em tribunais e plenários de casas legislativas. Isso pode dificultar a consolidação da ideia de que somos um país de diversidade religiosa”, constata.

Normatividade – A naturalização da posição católica se faz igualmente presente nos modos de atuação política. “Por exemplo, a Igreja Católica historicamente operou para desmontar candidaturas. Ela diz: ‘Eu não concordo com esse candidato. O que ele defende não corresponde à posição católica.’ Isso incentiva os fiéis a não votarem nele. Mas não dirá: ‘Este é o nosso candidato. Vote nele.’ E isso os evangélicos fazem”, sublinha Eduardo,

lembrando que são modos divergentes de relação entre a autoridade religiosa e seus fiéis.

Ele cita como exemplo uma cartilha que a Igreja Católica fez para orientar os fiéis a votarem nas eleições, que continha uma lógica da instrução, mas para que as pessoas livremente tomassem a sua decisão. Para o antropólogo, esse modo de relação que a gente identifica como cidadão, democrático e livre se constituiu no Brasil por meio da Igreja Católica. Assim, ela tem participação na construção da noção de secular e de cidadania entre nós.

“Em contrapartida, quando uma igreja chega lá e diz: ‘Este é o melhor candidato. Vote nele. Ele é de Deus’, a gente vê como uma aberração, porque historicamente não tivemos isso. Mas é outro modo de relação entre a autoridade do pastor e seus fiéis. É algo bem complexo e diferente do que se tinha. A gente pode não gostar, mas outros podem gostar. É complicado dizer categoricamente que está certo ou errado”, alerta Eduardo.

Uma situação em que a posição católica se confunde com a democrática pode ser observada numa controvérsia estudada pelo pesquisador ocorrida durante as eleições municipais para a prefeitura de São Paulo em 2012, na qual saiu vencedor Fernando Haddad (PT). O arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, acusou a candidatura de Celso Russomanno (PRB), inicialmente um forte candidato, de ser intolerante religiosamente e de não ser laica e democrática, o que desestabilizou a campanha coordenada por Marcos Pereira, pastor licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, deixando-a inclusive fora do segundo turno.

“O interessante é que, ao observar a Igreja Católica denunciando essa posição, é possível tornar visível a posição católica assumida como legítima, seja como religião, seja como secular. Em circunstância alguma isso é visto como uma interferência da religião na política, embora tenha sido um dos fatores importantes para desmontar a campanha num momento em que Russomanno era o primeiro em intenção de votos. O ponto é que – e nisso as pesquisas históricas ajudam muito – a Igreja Católica construiu para si, ao longo do século XX a nossa própria percepção de secular. A concepção naturalizada de secular é uma posição católica. Então, muitas vezes, quando as pessoas falam que estão defendendo a laicidade, elas estão defendendo a posição que a igreja católica construiu ao longo do século XX no Brasil”, explica Eduardo.



Separação – Por outro lado, os evangélicos pentecostais são sistematicamente identificados como inimigos do Estado Laico, em parte porque de fato estão com força da posição naturalizada. Sua presença na sociedade é marcada pelo crescimento em termos populacionais – no último censo, 22% da população se declararam cristãos não católicos. Já entre os deputados, 18% se declaram evangélicos, o que configura um equilíbrio na representação parlamentar – ao menos numericamente. “Pensando democraticamente, isso seria uma intromissão ou de fato representa o contingente populacional? Eles estão tendo visibilidade, e isso tem desestabilizado o que até então era o nosso normal, como quando as mulheres começaram a se eleger para cargos eletivos, e as câmaras não tinham banheiro feminino. São transformações que necessariamente desestabilizam a posição que estava naturalizada”, lembra Dullo.

Ele alerta, no entanto, que a população que se identifica como evangélica não concorda necessariamente com

o que é feito em nome dela, já que os deputados são pessoas fazendo coisas em nome da religião e isso nem sempre corresponde ao que aquela denominação defende, prega, e muito menos ao que os adeptos da religião pensam.

De qualquer maneira, o que historicamente se constata é que a religião sempre teve espaço no Estado, estando em questão apenas como ocorrem os modos de relação entre elas. “O Reino Unido é um Estado confessional e isso não faz com que ele deixe de ser moderno ou pluralista; pelo contrário, é uma das origens das noções de pluralismo, tolerância, liberdades individuais e dos movimentos secularistas. Não vejo, então, possibilidade de acontecer qualquer movimento de bloqueio dessa relação. A gente pode observar os modos de relação realmente existentes”, comenta o pesquisador.

No caso do modelo de laicidade francês, em que a religião é excluída da esfera pública, ele argumenta que se perde de vista o processo histórico que levou a ele. Há registros de que a retirada dos crucifixos das escolas se



SAGRADOS EM CONFLITO

A Igreja Católica costumava se colocar como a defensora do bem comum, acusando os evangélicos de defenderem posições específicas em vez de algo que fosse bom para todos. Por outro lado, como era hegemônica, não existiam posições fora dela. Não obstante, fica em aberto a questão de como lidar com posições particulares. Eduardo Dullo afirma que se torna mais complicado quando estas querem que suas determinações sejam válidas para a totalidade do corpo social, ou seja, não apenas defendem que determinado comportamento seja possível e legal, mas impedem a existência de formas discordantes.

Nesse embate, na avaliação de Raquel Weiss, professora do departamento de Sociologia da UFRGS, o que se apresenta são apenas os “microssagrados” particulares de cada grupo – por exemplo, o da comunidade LGBT e o das Igrejas Neopentecostais – que se envolvem em conflitos sem resolução. Ela salienta que o sagrado se caracteriza como o princípio que está fora de negociação e que não é questionado, aquilo que tem um valor excepcional e orienta todo o sentido da vida de alguém.

Raquel assevera que essas disputas particularistas ocorrem pela fragilidade de um sagrado articulador, o qual seria representado pela democracia baseada

na defesa dos direitos humanos (DH). “Durante a abertura após a ditadura houve um momento de reafirmação dos valores democráticos. Só que isso não foi suficientemente traduzido na formação de uma ‘educação moral’ democrática, não se formou um ethos democrático. Isso não é trabalhado sistematicamente nas escolas, sobretudo nas públicas”, argumenta.

Como ilustração, ela cita uma pesquisa que investigou em duas escolas como se articulava a noção de religiosidade com a de DH. As pessoas que ocupavam cargos de direção tinham um pertencimento religioso, o que fazia com que trouxessem atores religiosos para dentro da escola. “Então, o discurso sobre o que eram direitos humanos era permeado pela religião, não que isso em si fosse um problema, mas não havia outra formação que complementasse. Além disso, havia a presença de atitudes hostis, como na fala de uma entrevistada que afirmava serem os DH importantes, mas que não gostava de gays”.

“Como não tivemos a formação da consciência moral democrática, a gente tem dificuldade de conceber a democracia como algo além de ir até a urna depositar o voto. É uma concepção que, na prática, fica esvaziada”, conclui Raquel.

deu por um processo democrático em que as comunidades atendidas votavam se queriam retirar ou não o símbolo religioso. Isso foi ocorrendo ao longo das décadas em que foram estabelecidas as escolas públicas. “Então, não foi uma medida autoritária, legislativa ou judiciária, mas a própria comunidade decidia. Não vejo esse processo democrático acontecendo no Brasil. Aqui as coisas acontecem muito como um ativismo judiciário, vindo uma ordem superior para determinar a retirada, não é uma ação societária que passe por uma consulta à população que utiliza aquele local. Assim, democraticamente, nossa laicidade destoa do modelo francês”, completa.

Circunstancial – O estudo de situações públicas em que não ocorrem conflitos entre as posições também ilumina o que se pode identificar sobre o que é religião e laicidade e o que faz os agentes sociais considerarem que algo é uma intromissão ou um uso legítimo da religião.

Eduardo cita como exemplo o caso

em que o senador Magno Malta (PR), para promover o combate à pedofilia, utiliza o discurso em defesa da família – o mesmo que costuma ser aplicado para impedir avanços de legislações relativas a direitos sexuais. Assim, fica aparente que nem sempre o problema é a presença da religião no Estado ou na política, mas quais posições aquilo defende e quem será afetado. “Então, ninguém vai apoiar os pedófilos, mas quando essa posição impede o atendimento no hospital para mulheres vítimas de violência sexual, como há projetos de lei tramitando, haverá reação de determinada população. Os conflitos se passam necessariamente no embate das relações de poder, amplificado pelo fato de que certas posições passaram a expressar publicamente aquilo que consideram válido e legítimo e a se contrapor ao que consideram ilegítimo e equivocado. É mais quando a gente observa quais sensibilidades ou posições são feridas quando a religião aparece publicamente do que o fato em si de ela aparecer publicamente”, conclui o antropólogo.



Pluralidade evangélica

Atualmente, mais de 40 milhões de pessoas se identificam como evangélicos no Brasil. Desde meados dos anos 1990, foram construindo um espaço na cena pública brasileira, sendo capazes de quebrar o monopólio da Igreja Católica não só em termos da religiosidade, mas também na cultura e na política.

Ao elegerem representantes para os poderes legislativos começam a aparecer disparidades de comportamento em relação aos atores católicos. Conforme a professora Maria das Dores Machado, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), isso decorre de uma falta de traquejo, já que não têm muita formação política nem experiência de atuação na área e acabam reproduzindo na esfera pública o mesmo discurso religioso que fazem nas igrejas. Já os representantes católicos, por terem maior formação e prática, conseguem falar num tom mais político.

Conservadorismo – No Congresso Nacional, os evangélicos passaram a se tornar mais visíveis por estarem mais bem organizados no campo religioso para tirar proveito do atual momento de instabilidade política. “O processo político-eleitoral que tomou forma nos últimos anos tornou possível que um segmento dessa representação religiosa na política – majoritariamente neopentecostal – fosse conquistando cada vez mais espaço. Eles formam o setor mais fechado da direita protestante que pretende impor uma agenda que está na contramão de grande parte das conquistas de direitos sociais e culturais obtidas por algumas minorias”, avalia Joanildo Burity, pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco, instituto federal voltado a pesquisas sociais com sede em Recife.

No entanto, comenta Maria das Dores, apesar de parecer que são os evangélicos os conservadores, na verdade, conservadora é a maioria do Congresso, que conta muito mais com católicos do que com evangélicos. Estes têm força porque se aliam a outros segmentos, como os próprios católicos e representantes do agronegócio e da indústria armamentista. É por meio das alianças, inclusive, que vão se apropriando das pautas conservadoras e conseguem impor sua visão de mundo. “Tenho entrevistas com missionários que falam: ‘Olha, nós estamos aprendendo com os católicos o combate ao aborto’. Embora eles sempre tenham compreendido a prática como pecado, fazer disso uma pauta política foi algo aprendido nas articulações com os católicos. Então, existe uma troca muito grande, a despeito da competição por fiéis”, informa.

Segundo a professora, são dois segmentos religiosos com história e inserção social diferentes. Os evangélicos são minoria e vêm de estratos sociais mais baixos. A elite brasileira, por outro lado, é majoritariamente católica. É uma diferença que faz com que aqueles sejam vistos como “os outros”, e isso causa um estranhamento que dá a impressão de serem uma ameaça à democracia e à laicidade. “Gostaria de chamar a atenção para o fato de que a Igreja Católica também intervém muito na esfera pública e na política. Todo esse debate, por exemplo, com relação à ‘ideologia de gênero’, é muito mais fomentado pelo Vaticano do que pelos evangélicos. Desde que o movimento feminista conseguiu que os documentos da Conferência de Pequim (Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres), promovida pela ONU em 1995, introduzissem os conceitos de gênero e de direitos reprodutivos, existem documentos de atores católicos caracterizando-os como demoníacos. O que temos hoje é que esse debate, no Brasil, vem sendo reforçado pelos evangélicos. O Bispo do Rio de Janeiro, Don Orani Tempesta, por sua vez, também enviou cartas aos fiéis e fez programas de televisão falando sobre a ‘ideologia de gênero’”, relata.

Diversidade evangélica – Se o termo evangélico é genérico e impreciso demais para descrever esse contingente populacional, também dentro do segmento pentecostal há muitas nuances. Como lembra Joanildo, a elite parlamentar não pode ser confundida com o conjunto dos pentecostais. Existe uma grande quantidade de fiéis espalhados pelo Brasil que não segue a orientação dessa minoria parlamentar e não tem, inclusive, votado nela. Entretanto, em função da saliência que tem, essa elite conservadora presente nas instituições representativas do país consegue o efeito de falar em nome de todos eles.

O conservadorismo que se expressa em tentar barrar os avanços no campo dos direitos sociais e sexuais não é ponto pacífico, havendo um embate bastante grande nas igrejas em relação a esses temas. “Pesquisas sobre mulheres pentecostais, por exemplo, realizadas nos últimos anos em todo o país, chamaram a atenção para uma visão, digamos, não radical de empoderamento. Isso não é a mesma coisa que a defesa dos direitos femininos, mas é algo interessante para discutir seu papel nessas igrejas. O surgimento de pastoras é muito maior nas pentecostais, especialmente nas pequenas denominações pulverizadas. Então, nesse aspecto de conquista

cultural, há muita heterogeneidade em seu interior”, aponta o pesquisador.

Além disso, revela, há indícios de uma nova geração pentecostal escolarizada que se beneficiou dos avanços de acesso ampliado da população negra e pobre à educação superior. Eles começam a trazer de volta uma postura muito mais autônoma e questionadora sobre o poder no interior das igrejas e sobre a coerência entre as exigências éticas e o comportamento público dos representantes.

Laicidade – Se, no modelo de separação entre Igreja e Estado, caberia à religião permanecer apenas na esfera privada, Joanildo aponta para um fenômeno de desprivatização. Para ele, é uma das maneiras pelas quais minorias religiosas histórica ou recentemente ignoradas ou invisibilizadas conseguiram ser vistas e ouvidas pelo restante da sociedade. Ou seja, elas vêm se politizando e ocupando o espaço público, dentre outras coisas, para garantir sua voz em relação a sociedades com religião oficial ou majoritária. Elas se desprivatizaram, procurando lançar mão dos recursos disponíveis para que o seu espaço pudesse ser minimamente reconhecido no contexto social.

“No momento em que há uma multiplicidade de grupos religiosos que não aceitam mais serem representados pela maioria religiosa e que só veem condições de terem sua visibilidade e dignidade reconhecidas pela via da politização, a pressão sobre as instituições jurídico-políticas para a separação entre igreja e estado se torna muito mais complexa. Hoje temos o grande desafio de continuarmos pensando nestes termos: um Estado que não assume o patrocínio de qualquer religião nem sua perseguição ou constrangimento, ao mesmo tempo que isso se dá num contexto de intensa pluralização religiosa, crescimento da tensão entre a não religião e a religião. Todos cobram do Estado que se mantenha neutro e, por outro lado, garanta o direito e assegure o espaço a esses diferentes atores. Essa dinâmica é internamente contraditória, porque não tem como exigir do Estado que, ao mesmo tempo, fique fora e entre, que não se meta mas regule”, explica o pesquisador.

Joanildo assevera que essa é hoje uma questão espinhosa porque a dinâmica da desprivatização religiosa não pode ser vista apenas como algo negativo que ameaça a ordem democrática. Em parte, ela é uma das manifestações da ampliação do imaginário democrático para além das instituições políticas formais, levando à emergência de novos movimentos sociais e culturais.

Existe uma grande quantidade de fiéis que não segue a orientação dessa minoria parlamentar e nem tem votado nela